

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ANDRESSA PEREIRA FARIAS

**O DEBATE PÚBLICO VIS-À-VIS OS RESULTADOS FISCAIS DO GOVERNO
DILMA ROUSSEFF 2011-2015**

**Porto Alegre
2024**

ANDRESSA PEREIRA FARIAS

**O DEBATE PÚBLICO VIS-À-VIS OS RESULTADOS FISCAIS DO GOVERNO
DILMA ROUSSEFF**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Orientador: Róber Iturriet Avila

**Porto Alegre
2024**

CIP - Catalogação na Publicação

FARIAS, ANDRESSA PEREIRA
O DEBATE PÚBLICO VIS-À-VIS OS RESULTADOS FISCAIS DO
GOVERNO DILMA ROUSSEFF / ANDRESSA PEREIRA FARIAS. --
2024.

56 f.

Orientador: Róber Iturriet Avila.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas,
Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Política fiscal. 2. Gastos públicos. 3. Governo
Dilma Rousseff. 4. Gênero. I. Avila, Róber Iturriet,
orient. II. Título.

ANDRESSA PEREIRA FARIAS

**O DEBATE PÚBLICO VIS-À-VIS OS RESULTADOS FISCAIS DO GOVERNO
DILMA ROUSSEFF**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, 13 de agosto de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Róber Iturriet Avila – Orientador

UFRGS

Profa. Dra. Daniela Dias Kühn

UFRGS

Prof. Dr. Eduardo Filippi

UFRGS

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos vão primeiramente aos meus pais, Joicelei e André, que sempre se dedicaram para que eu pudesse ter uma boa educação e qualidade de vida. A eles, dedico minha trajetória e esforços para realizar este trabalho. Dedico também ao meu estimado filho felino, Kael, que me acompanha há cinco anos e que me ajudou diversas vezes a lidar com a ansiedade ao escrever esta monografia. Sem ele, minha vida não teria a mesma significância.

Agradeço à minha amiga Mariana Valle, que sempre me incentivou e apoiou nesse momento e continua fazendo isso. À minha amiga e irmã de outra mãe, Jennifer Nery, que está comigo desde a minha infância e possivelmente me acompanhará na velhice. À minha querida amiga Gabrielle Siqueira, que me apoia em tudo e está comigo em todos os momentos. E por fim, às minhas irmãs de alma, que mesmo distantes sei que estão sempre perto de mim, Karen Krunitzki e Kathleen Krunitzki. Sem todos vocês, minha vida não seria a mesma. Dedico também aos meus amigos Tony Ramos, Matheus das Neves e Carlos Barbosa, que me apoiam e transformam meus dias. Em memória ao meu avô Sérgio Goulart, lhe dedico também, pois ele sempre acreditou em mim e esteve ao meu lado durante toda minha infância.

RESUMO

Este estudo visa analisar a gestão fiscal do governo da presidente Dilma Rousseff, contrapondo as análises e discussões sobre a economia brasileira durante seu mandato e rejeitando a visão comum de que esse período foi marcado pelo descontrole dos gastos públicos e pelo agravamento ou até mesmo pela causa da atual crise econômica no Brasil. Inicialmente, explora-se o debate internacional e seus desdobramentos ao longo dos anos sobre as percepções da política fiscal, sempre englobando a oposição entre as abordagens econômicas ortodoxas e heterodoxas. Em seguida, desenvolve-se a discussão nacional, que foi alvo de intensas críticas da mídia em relação à condução da política econômica do governo e à piora das condições fiscais. Para conduzir as análises, utilizamos como metodologia dados da balança comercial e dos superávits, com o intuito de confirmar ou refutar a "tese das gastanças", bem como o parâmetro de gênero para deslegitimar a presidente tanto como governante quanto como mulher.

Palavras-chave: Política fiscal. Gastos públicos. Governo Dilma Rousseff. Gênero.

ABSTRACT

This study aims to analyze the fiscal management of President Dilma Rousseff's government, contrasting the analyses and discussions regarding the Brazilian economy during her term and rejecting the common view that this period was marked by uncontrolled public spending and the worsening or even the cause of the current economic crisis in Brazil. Initially, the international debate and its developments over the years on perceptions of fiscal policy are explored, always encompassing the opposition between orthodox and heterodox economic approaches. Subsequently, the national discussion is developed, which was the target of intense media criticism regarding the government's economic policy management and the worsening fiscal conditions. To conduct the analyses, we used trade balance and surplus data as a methodology, aiming to confirm or refute the "spending spree thesis," as well as the gender parameter to delegitimize the president both as a leader and as a woman.

Keywords: Fiscal policy. Public spending. Dilma Rousseff government. Gender.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Receita Líquida e Despesa Total do Governo Central, acumuladas em 12 meses, em R\$ Bilhões, valores constantes de janeiro de 2011 – janeiro 2015.	24
Gráfico 2 – Commodities (2005-2016)	27
Gráfico 3 - Taxa Selic (2011-2015).....	35
Gráfico 4 - Taxa de Investimento Brasil (2011-2015)	36

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Capa ISTOÉ	47
Figura 2 - Capa Veja.....	48
Figura 3 - Capa da edição histórica de ISTOÉ.....	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico E Social
CAIXA	Caixa Econômica Federal
CDE	Conta de Desenvolvimento Energético
COPOM	Comitê de Política Monetária
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
Lula	Luís Inácio Lula da Silva
NME	Nova Mariz Econômica
PIB	Produto Interno Bruto
PT	Partido dos Trabalhadores
RP	Resultado Primário
Selic	Taxa básica de juros
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
TCU	Tribunal de Contas da União
TN	Tesouro Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 POLÍTICA FISCAL: O DEBATE TEÓRICO EM DESTAQUE	12
2.1 A TRANSFORMAÇÃO DO DEBATE INTERNACIONAL SOBRE POLÍTICA FISCAL	13
2.2 A TRANSFORMAÇÃO DO DEBATE NACIONAL SOBRE POLÍTICA FISCAL	15
3 DESEMPENHO FISCAL 2011-2015: PEDALADAS FISCAIS, IMPLICAÇÕES LEGAIS E FALHAS DO GOVERNO.....	20
3.1 A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	20
3.2 SURGIMENTO DAS PEDALADAS FISCAIS: UMA ANÁLISE DO CENÁRIO POLÍTICO E ECONÔMICO BRASILEIRO.....	22
3.3 COMPREENDENDO O CONTEXTO BRASILEIRO E INTERNACIONAL	25
4 DA ELEIÇÃO AO PROCESSO DE IMPEACHMENT: A TRAJETÓRIA DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF	32
4.1 PRIMEIRO MANDATO E MEDIDAS DO GOVERNO	32
4.2 SEGUNDO MANDATO E IMPEACHMENT	39
5 O PAPEL DA MÍDIA DIANTE A QUESTÃO DE GÊNERO	44
5.1 AS CAPAS DE REVISTAS E SUAS REPRESENTAÇÕES.....	46
5.2 DILMA ROUSSEFF PELA REVISTA ISTOÉ	46
5.3 DILMA ROUSSEFF PELA REVISTA VEJA.....	48
5.4 MICHEL TEMER PELA REVISTA ISTOÉ	49
5.5 A ÉTICA E O PODER SIMBÓLICO DOS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO A RESPEITO DA QUESTÃO DE GÊNERO	51
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS	55

1 INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste estudo é realizar uma análise crítica e aprofundada das causas e consequências da desordem nas contas públicas, do aumento do endividamento público e da crise fiscal que contribuíram para a crise econômica enfrentada pelo Brasil, particularmente no período que culminou no impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Para alcançar esse objetivo, a pesquisa será organizada em várias seções que examinarão detalhadamente a trajetória política de Dilma Rousseff, começando pelo seu primeiro mandato (2011-2014), passando pelas políticas econômicas adotadas, pelas decisões fiscais tomadas e pelos desafios enfrentados, até chegar ao segundo mandato, quando a crise político-econômica se agravou significativamente.

O estudo começará com uma revisão bibliográfica abrangente, com o intuito de contextualizar os eventos históricos e políticos que antecederam o impeachment. Esta revisão terá como foco as políticas econômicas implementadas e as decisões fiscais tomadas durante o governo de Dilma Rousseff, bem como as dificuldades enfrentadas na tentativa de recuperar a confiança pública frente aos crescentes protestos e críticas.

Em seguida, a pesquisa irá examinar as circunstâncias que levaram às acusações de crime de responsabilidade fiscal, comumente conhecidas como "pedaladas fiscais". Serão apresentados e discutidos os argumentos tanto da defesa quanto da acusação, proporcionando uma visão equilibrada dos diferentes pontos de vista sobre o assunto.

Uma seção especial será dedicada à perspectiva de gênero, abordando como o fato de Dilma Rousseff ser a primeira mulher a ocupar a presidência do Brasil influenciou a percepção pública e midiática de suas ações e políticas. Esta análise buscará entender se e como o gênero desempenhou um papel na forma como as políticas e a liderança de Dilma foram percebidas e avaliadas.

Além disso, o estudo incluirá uma discussão sobre a percepção pública e a repercussão midiática das políticas fiscais do governo Dilma, situando esses debates dentro do contexto mais amplo das dinâmicas políticas e econômicas contemporâneas no Brasil. A intenção é oferecer uma análise detalhada e contextualizada das implicações dessas políticas e das diversas opiniões que surgiram sobre a gestão financeira da ex-presidente.

Por fim, o estudo abordará as consequências de longo prazo das políticas fiscais implementadas durante o mandato de Dilma Rousseff, assim como as lições que podem

ser extraídas dessa experiência para a formulação de políticas econômicas futuras. O objetivo é proporcionar uma compreensão mais profunda das complexas interações entre política, economia e opinião pública no contexto brasileiro, contribuindo para o debate sobre a gestão fiscal e as suas implicações a longo prazo.

2 POLÍTICA FISCAL: O DEBATE TEÓRICO EM DESTAQUE

O debate teórico sobre política fiscal é um campo dinâmico e complexo, impulsionado por eventos econômicos globais e nacionais. A crise financeira de 2008 marcou um ponto de inflexão no debate sobre política fiscal, tanto no cenário internacional quanto no Brasil. A ineficácia da política monetária em estimular economias em recessão, mesmo com taxas de juros próximas de zero, levou a um questionamento da ortodoxia econômica e a um renovado interesse nas ideias keynesianas, que defendem o uso da política fiscal como ferramenta para impulsionar a demanda e o crescimento.

No cenário internacional, a crise de 2008 levou a uma reavaliação do papel da política fiscal, tradicionalmente relegada a um segundo plano em relação à política monetária. A incapacidade da política monetária em estimular o crescimento econômico em um contexto de baixas taxas de juros e inflação controlada levou a um ressurgimento das ideias keynesianas e à adoção de políticas fiscais expansionistas em diversos países.

No Brasil, a crise econômica de 2014, que ocorreu durante o governo Dilma Rousseff, intensificou o debate sobre política fiscal. Economistas liberais defendiam a necessidade de um ajuste fiscal para conter a crise, atribuindo a política fiscal expansionista do governo Dilma como uma das causas principais da crise econômica. Por outro lado, teóricos heterodoxos criticavam a austeridade em um momento de fragilidade econômica, argumentando que a contração dos gastos públicos poderia aprofundar a recessão.

Em suma, a crise de 2008 e seus desdobramentos no Brasil evidenciaram a importância da política fiscal como ferramenta para estabilizar a economia e promover o crescimento. O debate entre diferentes escolas de pensamento econômico sobre o papel do Estado na economia e a forma como a política fiscal deve ser utilizada permanece em aberto, mas a necessidade de um diálogo aprofundado sobre o tema é inegável. Diante do exposto, as próximas seções analisarão a discussão teórica sobre a política fiscal no âmbito internacional e, em seguida, no cenário brasileiro.

2.1 A TRANSFORMAÇÃO DO DEBATE INTERNACIONAL SOBRE POLÍTICA FISCAL

A crise de 2008 renovou o debate sobre políticas fiscais expansionistas, destacando o uso do gasto público e cortes de impostos para estimular a economia diante das limitações da política monetária. Historicamente, nas décadas de 1980 e 1990, a visão keynesiana, que sustenta que a política fiscal, principalmente através do gasto público, impulsiona a demanda agregada em situações de ociosidade de capacidade produtiva e, portanto, contribui para a retomada do crescimento, foi amplamente questionada por razões práticas (Orair; Gobetti; Siqueira, 2016).

Atualmente, do ponto de vista empírico, a crítica ao keynesianismo levou ao surgimento de um consenso dominante no *mainstream* econômico, refletindo amplamente essas objeções em suas abordagens e políticas. Para Dweck e Teixeira (2017), os dois grupos se fragmentam em: defensores da Nova Síntese Neoclássica, que sustentam que o papel do Estado deve ser restrito, focando a política fiscal na sustentabilidade da dívida pública; e os defensores da tese da "contração fiscal expansionista", que argumentam que uma política fiscal austera pode melhorar as expectativas econômicas e promover o crescimento.

Sob a nova perspectiva dos anos 1980, a política monetária assume o controle da demanda agregada e da estabilidade de preços, utilizando taxas de juros e câmbio, que influenciam a relação Dívida/PIB. A política fiscal, por sua vez, limita-se a compensar os impactos da política monetária sobre a dívida, buscando sua estabilidade e atuando como suporte ao regime macroeconômico, visando a estabilidade e o cumprimento das metas de inflação. Por outro lado, na perspectiva de Stiglitz (2017), as políticas monetária e fiscal podem não atingir os seus objetivos e ocasionar uma queda na taxa de empregos. Em situações de recessão profunda, a política monetária pode se mostrar ineficaz ou limitar a eficácia da política fiscal.

Além disso, a intensa movimentação de capitais internacionais e a constante busca dos investidores por rendimentos mais elevados têm sido fatores determinantes na transformação do pensamento econômico. Essas dinâmicas não apenas fundamentaram as mudanças observadas, mas também facilitaram a adoção e a aceitação de um novo papel para a política fiscal. A crescente mobilidade de investimentos e a demanda por retornos maiores têm sido centrais na evolução das práticas e teorias econômicas,

influenciando significativamente o papel que a política fiscal desempenha no cenário atual.

Consequentemente, a imposição de que as economias atinjam um superávit primário e mantenham a dívida pública em níveis estáveis tem se tornado um parâmetro predominante para avaliar a saúde econômica. No entanto, essa abordagem frequentemente descuida outros indicadores cruciais, como o crescimento econômico sustentável e o bem-estar social. Essa nova perspectiva, que prioriza a estabilidade macroeconômica e o controle da dívida pública, levou a uma maior ênfase em indicadores associados ao “risco país”, como o superávit primário e a dívida líquida do governo, que influenciam diretamente o financiamento do balanço de pagamentos e a taxa de câmbio (Jorge; Martins, 2013).

Nesse contexto, a teoria da política fiscal keynesiana é identificada com a ampliação dos gastos e do déficit, atribuindo à política fiscal expansionista consequências prejudiciais para a economia, como o aumento da dívida pública, a elevação das taxas de inflação e a redução da confiança dos investidores. Assim, conforme argumentam Eggertsson e Krugman (2010, p. 23), "a dívida pode ser equivocadamente utilizada como razão para rejeitar a política fiscal expansionista como solução para o desemprego, visto que, segundo os críticos, não se pode solucionar um problema causado por um endividamento por meio de outro endividamento".

Dessa forma, as medidas keynesianas começam a ser vistas como causadoras de instabilidade e obstáculo ao crescimento econômico, contrariando a teoria keynesiana e o papel da política fiscal na demanda agregada. Nesse contexto, influenciados pelas novas ideias sobre política fiscal, diversos países, incluindo muitos em desenvolvimento, adotaram medidas mais ortodoxas, com uma política fiscal austera subordinada à política monetária e à estabilidade, sacrificando o crescimento econômico. No entanto, em oposição a essa linha de pensamento, Jorge e Martins (2013) argumentam que:

A gestão fiscal é um elemento fundamental na determinação da dinâmica das economias monetárias de produção. A política fiscal exerce influência sobre a demanda agregada por diversos canais: de forma direta, por meio dos impostos e gastos e transferências correntes e investimentos públicos; de forma indireta, através o efeito multiplicador sobre o consumo e o investimento privados. (Jorge; Martins, 2013, p. 5)

Após a recessão de 2009, resultante da crise financeira global, as economias ao redor do mundo adotaram diferentes estratégias para enfrentar a crise e buscar a

recuperação econômica. Além disso, Blyth (2017, p. 375) crítica as políticas de austeridade, afirmando que são prejudiciais para as economias. Argumenta em seu livro que a austeridade é uma ideia perigosa, propagada por discursos liberais na política e na mídia, que a apresentam apenas como um Estado gastador e irresponsável.

Essa é uma concepção fundamentalmente equivocada dos fatos, que pode parecer lógica à primeira vista, mas é arriscada tanto econômica quanto socialmente. O autor ilustra que, em 2010, praticamente todas as nações, exceto na Europa, adotaram políticas keynesianas e implementaram uma política fiscal expansionista:

À vista disso, muitos economistas defendem que a política fiscal afeta o crescimento econômico tanto no curto quanto no longo prazo, estimulando a demanda agregada e promovendo mudanças estruturais via aumento de investimentos. O Fundo Monetário Internacional (FMI, 2016) também afirma que as políticas de austeridade reduzem o bem-estar social, afetando a oferta, comprimindo a demanda e o emprego. Além disso, o FMI refuta a ideia de que um baixo endividamento público impulsiona o crescimento e o emprego ao aumentar a confiança e os investimentos do setor privado.

Em resumo, o debate sobre a eficácia da política fiscal expansionista versus a austeridade permanece um tema central na economia global. A crise de 2008 e a recessão subsequente de 2009 evidenciaram as limitações das abordagens ortodoxas e revitalizaram as discussões sobre o papel crucial da política fiscal na promoção do crescimento econômico sustentável e na manutenção do bem-estar social. Estudos e opiniões de economistas destacados, bem como instituições como o Fundo Monetário Internacional, indicam que políticas de austeridade podem ter efeitos adversos significativos, enquanto uma política fiscal expansionista pode ser essencial para estimular a demanda agregada e fomentar investimentos de longo prazo.

2.2 A TRANSFORMAÇÃO DO DEBATE NACIONAL SOBRE POLÍTICA FISCAL

O debate sobre a política fiscal no Brasil já apresentava perspectivas econômicas divergentes. O debate nacional concentra-se então nessas duas vertentes antagônicas. A primeira vertente caracteriza o governo do período como irresponsável e causador de um descontrole fiscal, resultando na retração econômica e no crescimento. Por outro lado, a segunda vertente argumenta que o governo tomou decisões equivocadas de política fiscal, influenciadas por ideias ortodoxas internas, que levaram à redução dos gastos e dos investimentos públicos durante um momento de retração econômica, comprometendo as

possibilidades de recuperação da economia e agravando a crise econômica. Dessa forma, a crise fiscal teria sido uma consequência da crise econômica, cuja origem está na adoção de uma política fiscal ortodoxa (Dweck; Teixeira, 2017).

Após a crise financeira global de 2008, inúmeros países adotaram políticas keynesianas de aumento dos gastos, flexibilizando tanto as políticas monetárias quanto fiscais, com o objetivo de mitigar os efeitos recessivos resultantes da crise. Conforme Mesquita (2014), o Brasil seguiu essa tendência, implementando tais medidas e intensificando o intervencionismo estatal. Dentro dessa perspectiva, Biasoto Jr. e Afonso (2014) afirmam que, para enfrentar a crise de 2008, o governo utilizou e ampliou a política fiscal durante o governo da presidente Dilma Rousseff, sem responsabilidade fiscal, recorrendo à contabilidade criativa, o que levou à perda de credibilidade entre os agentes econômicos.

Barbosa-Filho (2017) atribui os choques de oferta e demanda, entre outros fatores, à crise de sustentabilidade da dívida pública, resultante da elevada intervenção estatal na economia durante o governo Dilma. Ele também argumenta que a consolidação fiscal implementada no segundo mandato da Presidente não foi um fator significativo para a recessão, devido aos seus efeitos restritos e de curta duração.

Na análise do economista-chefe do Itaú Unibanco, Mário Mesquita (2014), a política econômica do governo Dilma Rousseff apresentou vários desvios ao longo do seu percurso, tanto nos objetivos de curto e longo prazo, quanto nos seus instrumentos. Embora o governo nunca tenha abandonado formalmente o tripé macroeconômico - superávit primário, metas de inflação e câmbio flutuante - houve um abandono parcial desses preceitos, resultando na perda de credibilidade institucional. Embora a política fiscal tenha iniciado 2011 de maneira contracionista, houve uma mudança de direção no final daquele ano. Essa alteração, combinada com a capitalização dos bancos públicos, modificou a trajetória da dívida pública, que começou a se deteriorar em 2013. Esses desvios e mudanças nas políticas econômicas contribuíram para a instabilidade observada durante o período.

Em resumo, os economistas alinhados ao pensamento liberal argumentam que o descontrole fiscal e a falta de transparência do governo, ao recorrer à engenharia fiscal para ocultar a verdadeira situação financeira estatal, resultaram no maior período recessivo da história brasileira. Eles defendem uma política de contração fiscal para restaurar a confiança do mercado e, conseqüentemente, promover o crescimento. O novo-desenvolvimentismo apresenta uma interpretação diferente sobre a recente perda de

dinamismo da economia brasileira; no entanto, concordam com os liberais que houve um desequilíbrio nas contas públicas que contribuiu para a crise.

Dentro desta vertente econômica, o novo-desenvolvimentismo, defendido por autores como Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi (2016), também observa que a política fiscal foi expansionista e que houve um aumento substancial dos gastos, o que colaborou para a crise de 2015, evidenciando o esgotamento do modelo de crescimento econômico baseado no consumo, adotado durante o período do PT. Eles argumentam que a política econômica durante o governo Dilma Rousseff foi um experimento social-desenvolvimentista, que se distanciou do verdadeiro modelo novo-desenvolvimentista.

A análise sobre a política fiscal brasileira contemporânea revela que alguns estudiosos dividem o período entre 2003 e 2016 em duas fases distintas. A primeira fase é caracterizada pela continuidade da influência do governo FHC no início do mandato do presidente Lula, com o Banco Central do Brasil sob a liderança do economista Henrique Meireles. Essa fase foi marcada pela manutenção de políticas existentes. A segunda fase inicia-se em 2008, com o agravamento da crise financeira global, e se estende ao longo do governo Dilma Rousseff, sem grandes alterações em relação às políticas adotadas por Lula. A principal diferença entre esses períodos está no entendimento do papel da política fiscal na gestão macroeconômica, refletindo uma mudança na percepção das funções do Estado na economia (Biasoto; Afonso, 2014).

Oreiro (2017) complementa essa perspectiva, afirmando que, de 2003 a 2015, com algumas exceções, o Brasil adotou uma política fiscal expansionista visando sustentar o consumo. Ao examinar o resultado primário estrutural, observa-se uma queda constante desde 2007, que se intensificou em 2011 e se tornou negativo em 2014, forçando o governo a implementar um ajuste fiscal para recuperar a solvência nos médio e longo prazos.

Em oposição à doutrina ortodoxa, que preconiza a redução dos gastos públicos e a austeridade fiscal, vários economistas sustentam que a crise econômica durante o governo Dilma foi provocada justamente pela diminuição dos gastos públicos. Eles destacam que, particularmente, os cortes nos investimentos desempenharam um papel significativo no agravamento da recessão econômica. Conforme Rossi e Mello (2017), o Ministro da Fazenda Joaquim Levy adotou a narrativa de que o ajuste fiscal contribuiria para a diminuição da taxa de juros, implementando essas medidas no início do segundo mandato do presidente. A queda do PIB agravou a deterioração da relação dívida pública/PIB, reduzindo a confiança dos investidores e, conseqüentemente, os

investimentos privados, o que desacelerou ainda mais a economia.

Carvalho (2018) argumenta que, embora tenha ocorrido uma expansão fiscal entre 2012 e 2014, essa expansão foi amplamente baseada em subsídios e desonerações, que possuem um efeito multiplicador muito baixo e não conseguem impulsionar significativamente a demanda. Ela ressalta a mudança na composição dos gastos públicos em comparação com o governo anterior, que priorizava o investimento público. De acordo com Rossi e Mello, Carvalho afirma que o agravamento fiscal no segundo mandato de Dilma foi causado pela queda na receita e pelo aumento das desonerações, contrariando a percepção comum de que houve um aumento nos gastos públicos. Ela conclui que a redução dos dispêndios contribuiu para a perda de confiança dos investidores, exacerbando a recessão econômica.

Gentil e Hermann (2017) observam que a política fiscal adotada por Dilma foi conservadora, e que, aliada a uma política monetária igualmente ortodoxa, aumentou as despesas financeiras. Isso restringiu a aplicação de uma política fiscal anticíclica e diminuiu o impacto multiplicador no consumo e nos investimentos.

Muitos analistas econômicos sustentavam que a crise econômica resultava de um desequilíbrio fiscal e que, para superá-la, seria suficiente adotar as medidas recomendadas pelos liberais: implementar um ajuste fiscal mais severo e realizar diversas reformas estruturais para restaurar a confiança dos empresários. Carvalho (2018) argumenta que a abordagem de enfrentar a dívida pública focando na redução das despesas foi equivocada. Ela aponta que as despesas cresceram menos em comparação com administrações anteriores

De acordo com os novo-desenvolvimentistas, é essencial realizar uma reforma fiscal para restaurar a poupança pública, sem diminuir o tamanho do Estado ou restringir sua capacidade de promover o desenvolvimento (MARCONI; BRANCHER, 2016). Marconi (2017) e Oreiro (2017) corroboram a necessidade de o governo implementar uma política fiscal contracíclica, centrada no investimento público. Para isso, sugerem substituir as metas nominais por metas de resultado primário estrutural, criando assim o espaço fiscal necessário.

Por fim, de acordo com a perspectiva ortodoxa do pensamento econômico brasileiro, ficou claro que houve um aumento significativo nos gastos públicos durante o período analisado, sem a realização do ajuste fiscal necessário. Esse descontrole resultou em graves prejuízos para a economia, impedindo o seu crescimento. Os defensores dessa

visão argumentam que é essencial para o desenvolvimento econômico assegurar a solidez fiscal a longo prazo, acompanhada de um rigoroso controle da inflação.

3 DESEMPENHO FISCAL 2011-2015: PEDALADAS FISCAIS, IMPLICAÇÕES LEGAIS E FALHAS DO GOVERNO

A economia e a política brasileiras estão profundamente interligadas, e os desafios enfrentados pelo país refletem essa complexa relação. Um dos eventos mais marcantes na recente história econômica do Brasil foi o surgimento das pedaladas fiscais, que trouxeram à tona questões cruciais sobre a transparência e a gestão das finanças públicas.

As pedaladas fiscais referem-se a manobras contábeis adotadas pelo governo federal, especialmente durante o mandato da presidenta Dilma Rousseff, para maquiar as contas públicas. Essas práticas envolviam o atraso deliberado de repasses financeiros para bancos públicos, que utilizavam seus próprios recursos para cobrir pagamentos de programas sociais e outras despesas governamentais. A revelação dessas manobras causou uma grande controvérsia, destacando a fragilidade da gestão fiscal e contribuindo para a crise política que culminou no impeachment de Dilma Rousseff.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), instituída em 2000, visava assegurar uma gestão fiscal responsável e transparente, impondo limites e regras para o endividamento e despesas públicas. No entanto, a prática das pedaladas fiscais evidenciou falhas na aplicação e no cumprimento dessas normas, comprometendo a credibilidade do governo e a sustentabilidade econômica.

Este estudo tem por objetivo analisar o contexto econômico e político que levou ao surgimento das pedaladas fiscais, examinando suas causas, mecanismos e consequências. Serão investigados os impactos dessas práticas na economia brasileira, incluindo o aumento do déficit público, a perda de confiança dos investidores e a deterioração das condições econômicas que agravaram a recessão no país. Ademais, será discutido de que maneira o cenário político contribuiu para a adoção dessas práticas e as subsequentes repercussões.

3.1 A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

O Brasil, em vários momentos de sua história, lidou com desafios relacionados à inflação e às taxas de juros, que impactaram a estabilidade econômica e o crescimento do país. Segundo Bresser-Pereira (2010), essas dificuldades financeiras contribuíram para um endividamento público significativo, o que comprometeu a capacidade do governo de

realizar investimentos essenciais. Esse ciclo de dificuldades econômicas impactou negativamente o país, prejudicando o desenvolvimento e a estabilidade econômica.

A Lei Complementar nº 101/2000, comumente referida como Lei de Responsabilidade Fiscal, promoveu uma significativa mudança institucional no manejo dos recursos públicos desde sua aprovação em 4 de maio de 2000. Esta legislação se estabeleceu como o principal instrumento regulador das finanças públicas no Brasil, visando assegurar a responsabilidade na gestão fiscal por parte dos entes federativos. Por meio de suas disposições, a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe limites para despesas com pessoal, estabelece regras para o endividamento público e determina a transparência na gestão fiscal, promovendo assim a sustentabilidade das contas públicas e a eficiência na administração dos recursos do Estado.

O Manual de Orientação da Lei de Responsabilidade Fiscal, escrito em 2001, discorre que:

Planejamento – é feito por intermédio de mecanismos como o Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), que estabelecem metas para garantir uma eficaz administração dos gastos públicos.

Transparência – é a ampla e diversificada divulgação dos relatórios nos meios de comunicação, inclusive internet, para que todos tenham oportunidade de acompanhar como é aplicado o dinheiro público.

Controle – é aprimorado pela maior transparência e pela qualidade das informações, exigindo uma ação fiscalizadora mais efetiva e contínua dos Tribunais de Contas.

Responsabilização – são sanções que os responsáveis sofrem pelo mau uso dos recursos públicos. Essas sanções estão previstas na legislação que trata dos crimes de responsabilidade fiscal (Lei 10.028, de 19 de outubro de 2000).

Dessa forma, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) assume uma importância fundamental para a Administração Pública, promovendo clareza no ajuste fiscal e incentivando os governantes a desenvolverem uma política tributária importante e autêntica. A LRF contribui para uma gestão cada vez mais transparente e democrática, permitindo que o público acompanhe o que está sendo realizado com os recursos públicos e como eles estão sendo aplicados. Este processo de transparência e prestação de contas leva informação e veracidade à população, fortalecendo a confiança nas instituições e promovendo uma governança mais responsável e eficaz.

De acordo com Gomes e Bianchini (2001) a Lei de Responsabilidade Fiscal, tem como principal finalidade:

Proibir os entes da federação de gastarem mais do que arrecadam,

estabelecendo, para tanto, limites e condições para o endividamento público. Ela surge no bojo de uma unanimidade na opinião pública, reclamando que as finanças públicas deveriam ser disciplinadas por regras inflexíveis, para pôr termo aos gastos exacerbados. (Gomes; Bianchini. 2001 p.200).

Em suma, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) traz perspectiva para o povo brasileiro, pois sua aplicação previne riscos e corrige desvios que podem afetar o equilíbrio das contas públicas. Além disso, a LRF estimula a prática de uma gestão orçamentária responsável e promove a transparência na administração pública.

3.2 SURGIMENTO DAS PEDALADAS FISCAIS: UMA ANÁLISE DO CENÁRIO POLÍTICO E ECONÔMICO BRASILEIRO

Quando os governos optam pelo capitalismo como modelo econômico, escolhem um sistema suscetível a falhas, muitas vezes ligadas às imperfeições do comportamento humano. John Maynard Keynes (1883-1946), um economista britânico amplamente influente no século XX, tinha uma visão crítica do capitalismo. Embora reconhecesse sua capacidade de gerar riqueza, Keynes alertava sobre os resultados negativos da falta de regulação e controle adequados.

Para mitigar esses problemas, Keynes diferenciava entre despesas correntes e de capital, defendendo que as despesas correntes (gastos diários do governo) deveriam ser financiadas por receitas fiscais para evitar déficits. No entanto, ele acreditava que as despesas de capital (investimentos em infraestrutura, por exemplo) poderiam ser financiadas por meio de empréstimos, já que gerariam retorno econômico futuro. Essa distinção visava promover o crescimento econômico sustentável sem sobrecarregar as finanças públicas a curto prazo.

Mesmo quando governos estabelecem metas claras, muitas vezes fracassam ao longo do caminho e não conseguem cumprir o que prometeram. Como observou o economista Paul Krugman em 2009: “A realidade é que, muitas vezes, políticas públicas e promessas de campanha enfrentam desafios imprevistos e a execução pode divergir substancialmente dos objetivos originais”. Diversos fatores podem contribuir para esses percalços, incluindo desvios de recursos, corrupção, imprecisões no planejamento e a influência de fatores externos. Esses obstáculos podem comprometer a eficácia das políticas governamentais e impedir que os objetivos originalmente propostos sejam alcançados.

Adentrando nessa questão, abordaremos o que foram as pedaladas fiscais e como elas culminaram para o fim do governo da presidente Dilma Rousseff. A expressão "pedalada fiscal" foi criada por um grupo restrito de técnicos da área orçamentária e fiscal do governo, bem como por assessores legislativos do Congresso. Em particular, a expressão foi adotada por aqueles que atendiam por "siafeiros". Eram os especialistas em operar o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), segundo Villaverde (2016).

Anualmente, o governo faz uma previsão de quanto vai gastar, e o dinheiro entra nos cofres públicos a partir do pagamento de impostos. É com essa arrecadação que o governo cobre os gastos da máquina pública, incluindo despesas com funcionários, investimentos e programas sociais. Embora o dinheiro saia dos cofres do governo, quem realiza os pagamentos às empresas e aos cidadãos são os bancos públicos, como a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e o BNDES.

É nesse contexto de entradas e saídas de recursos que ocorrem as chamadas "pedaladas fiscais". Nessas manobras, o governo atrasa deliberadamente o repasse de dinheiro para os bancos, que, por sua vez, utilizam seus próprios recursos para efetuar os pagamentos. Segundo a Controladoria-Geral da União, "as pedaladas fiscais configuram operações de crédito irregulares", criando uma "ilusão" de que as finanças governamentais estão em ordem, mascarando um possível déficit e mantendo as aparências perante o mercado. A manobra permite que o governo ganhe tempo para arrecadar mais recursos por meio de impostos, na esperança de que, assim, a situação financeira volte ao "normal".

No primeiro semestre de 2014, o jornal O Estado de São Paulo e o serviço de informações em tempo real Broadcast da Agência Estado revelaram as chamadas "pedaladas fiscais". No entanto, segundo o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, essas práticas contábeis irregulares já vinham sendo realizadas desde o ano de 2013. De fato, tal prática já era adotada no país há muito tempo, desde o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994). O economista Luiz Carlos Bresser-Pereira concorda com essa visão, afirmando em entrevista à Folha de S.Paulo em 2016 que "as pedaladas fiscais eram uma prática comum em governos anteriores".

De acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU) no relatório de 2015, aproximadamente R\$ 40 bilhões foram envolvidos nessas manobras fiscais entre os anos de 2012 e 2014. Embora atrasos dessa magnitude já tivessem sido registrados anteriormente, o montante acumulado nas práticas anteriores era significativamente

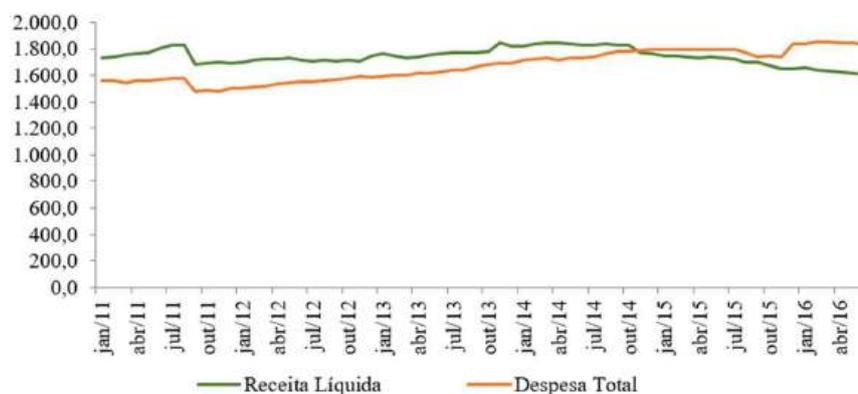
inferior. De acordo com Villaverde (2016), somente no penúltimo dia útil de 2015 que toda a conta de recursos aos três bancos públicos foram efetivamente pagos. O saldo total das pedaladas alcançou R\$ 724 bilhões.

Perceptível assim a ânsia do governo para equilibrar as contas públicas naquele interim; ao adiar uma despesa, é possível conter o gasto provisoriamente e criar um efeito de superávit primário de curto prazo. Segundo o economista Mansueto Almeida (2015), ao adiar pagamentos, o governo consegue artificialmente melhorar o resultado fiscal no curto prazo, criando a ilusão de um superávit primário que, na verdade, não existe.

Ademais, com o atraso na quitação dos bancos, verificou-se a necessidade de atualizar o montante devido, impondo juros sobre o empréstimo e, conseqüentemente, aumentando o dispêndio ao erário. Resumidamente, o governo não registrou essas dívidas com os bancos, o que prejudicou a transparência na administração financeira, já que os números apresentados pelo Tesouro Nacional não refletiam a verdadeira situação das finanças públicas. Segundo o economista Nelson Barbosa, em entrevista à revista Exame em 2016, "a postergação de pagamentos e a não contabilização correta das dívidas distorcem a realidade fiscal e prejudicam a confiança na administração financeira".

Conforme ilustrado no Gráfico 1, que mostra a evolução da Receita Líquida e da Despesa Total do Governo Central acumuladas em 12 meses de janeiro de 2011 a janeiro de 2015, é possível observar a trajetória das receitas e despesas ao longo do período. O gráfico evidencia a crescente discrepância entre as receitas e despesas, ressaltando as dificuldades enfrentadas pelo governo para manter o equilíbrio fiscal.

Gráfico 1 - Receita Líquida e Despesa Total do Governo Central, acumuladas em 12 meses, em R\$ Bilhões, valores constantes de janeiro de 2011 – abril 2016.



Fonte: Elaboração própria com dados da Secretaria do Tesouro Nacional.

A análise da curva revela que a despesa total apresenta duas quedas significativas, uma em 2011 e outra em 2015, correspondendo aos cortes nas despesas da União nesses anos. A receita líquida também diminuiu, de forma mais acentuada, cruzando-se com a despesa total no final de 2014, período em que a atividade econômica se tornou negativa, impactando as receitas fiscais. Portanto, a situação reflete uma expressiva redução de receita e não um excesso de gastos.

Retomando, dessa forma, a questão é que a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) determina que o governo não pode pegar dinheiro emprestado de um banco que controla. A Lei do Colarinho Branco, (Lei nº 7.492/86), da mesma forma, pressupõe como violação o fato do controlador “tomar ou receber direta ou indiretamente, empréstimo ou adiantamentos” de seu próprio banco.

O governo da presidenta Dilma Rousseff já estava sentindo-se pressionado tanto pela mídia quanto pelo TCU para apresentar sua defesa a respeito das suposições de irregularidade, e fez de tal maneira como alude Likic e Afonso:

Implicitamente admitindo que houve uma irregularidade ou até mesmo um crime, a defesa do governo Dilma passou a defender a tese de que essa ilicitude já teria sido cometida antes, inclusive por outros governos, sem qualquer condenação da prática pelo TCU. (Likic; Afonso, 2015, p. 149)

Diversos apontamentos a respeito da incoerência do governo da presidenta foram feitos, assim dizemos que o governo “fechou os olhos” para os principais fatores econômicos que poderiam gerar essas incongruências e criar uma possível crise, tanto que eclodiu sem que pudessem evitar ou controlar.

3.3 COMPREENDENDO O CONTEXTO BRASILEIRO E INTERNACIONAL

Durante o período das pedaladas fiscais no Brasil, o país enfrentava uma série de problemas internos que agravaram a crise política e econômica. Segundo o economista Luiz Carlos Bresser-Pereira, "a política econômica do governo Dilma Rousseff, ao adotar medidas de estímulo ao consumo sem contrapartidas estruturais, levou ao desequilíbrio fiscal e ao aumento da inflação" (Valor Econômico, 2015). Essas medidas, adotadas entre 2011 e 2014, incluíram ampliação de crédito, desonerações fiscais e subsídios, que, embora inicialmente tenham promovido crescimento, se mostraram insustentáveis a longo prazo. Entre 2013 e 2015, a dívida pública aumentou de 51,7% para 66,2% do PIB

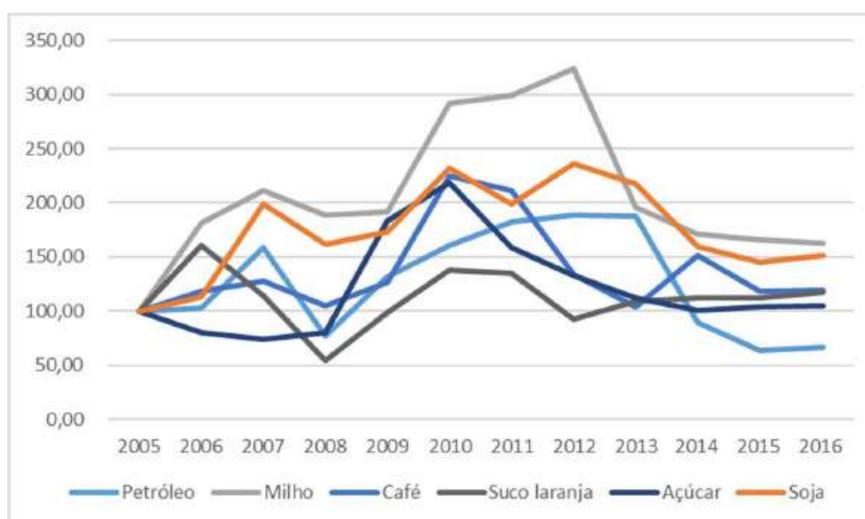
segundo Bacen relatório anual de 2015, assim, minando a confiança dos investidores e do mercado financeiro em grande parte devido à queda do PIB.

A crise de corrupção revelada pela Operação Lava Jato, iniciada em março de 2014, exacerbou a instabilidade política interna. A operação, conduzida pela Polícia Federal, investigou um esquema de lavagem de dinheiro e propina envolvendo a Petrobras, grandes empreiteiras e políticos de diversos partidos. Essa investigação de grande escala expôs a profundidade da corrupção sistêmica no Brasil, resultando em inúmeras prisões, acordos de delação premiada e a recuperação de bilhões de reais desviados. Além disso, a Lava Jato teve um impacto significativo na economia brasileira, afetando a confiança dos investidores e contribuindo para a crise econômica do país. Segundo o cientista político Sérgio Abranches, "a Lava Jato desnudou um sistema político corroído pela corrupção sistêmica, afetando a governabilidade e a legitimidade do governo" (Revista Piauí, 2016). As investigações revelaram que empresas como Odebrecht e Andrade Gutierrez pagavam propinas em troca de contratos com a estatal, o que levou à prisão de empresários e políticos influentes, incluindo membros do governo de Dilma Rousseff. Essa situação levou a um clima de desconfiança generalizada entre os cidadãos e aumentou as pressões por mudanças no cenário político nacional. Segundo o economista Marcos Mendes (2016), "a Operação Lava Jato expôs um esquema de corrupção que envolvia grandes empresas e políticos de alto escalão, gerando uma crise de confiança e aumentando a pressão por reformas políticas"

Além dos escândalos de corrupção, a tensão entre os poderes da República contribuiu para a crise institucional. O cientista político Bolívar Lamounier observou que a relação conflituosa entre o Executivo e o Legislativo, marcada por constantes embates e falta de consenso, impediu a implementação de reformas necessárias para estabilizar a economia (Folha de S. Paulo, 2016). A falta de apoio político no Congresso Nacional dificultou a aprovação de medidas de ajuste fiscal e reformas estruturais durante 2015 e 2016, aprofundando a recessão econômica e a crise de governabilidade. Esse cenário de instabilidade interna foi ainda mais agravado por mudanças no cenário externo.

Entre 2002 e 2012, a China desempenhou um papel crucial no crescimento econômico do Brasil, impulsionada por sua elevada demanda por commodities (gráfico 2), como minério de ferro e soja. Esse período, conhecido como a "época de ouro" das exportações brasileiras, proporcionou um crescimento robusto da economia nacional e superávits comerciais significativos.

Gráfico 2 – Commodities (2005-2016)



Fonte: Elaboração própria com dados do Bloomberg.

As commodities exibiram uma volatilidade significativa ao longo dos anos, influenciadas por fatores econômicos globais e específicos de cada mercado. O período de 2008 a 2009 foi marcado por quedas bruscas nos preços, provavelmente devido à crise financeira global. Entre 2010 e 2012, muitas commodities atingiram seus preços mais altos, seguidos por declínios contínuos até 2016. Essas tendências refletem a dinâmica da oferta e da demanda global, influências climáticas, políticas econômicas e outros fatores que afetam o mercado de commodities, conforme iremos abordar mais a fundo no capítulo.

Durante o governo de Dilma Rousseff, de 2011 a 2015, a balança comercial brasileira apresentou variações marcantes. Em 2011, o superávit comercial foi de US\$ 29,8 bilhões, com exportações de US\$ 256 bilhões e importações de US\$ 226,2 bilhões, favorecido pelos altos preços das commodities. Contudo, em 2012, o superávit reduziu-se para US\$ 19,4 bilhões, com exportações de US\$ 242,6 bilhões e importações de US\$ 223,2 bilhões, devido à queda nos preços das commodities e ao aumento das importações de bens de capital e combustíveis.

Em 2013, o superávit foi de apenas US\$ 2,6 bilhões, com exportações estagnadas em US\$ 242 bilhões e importações subindo para US\$ 239,4 bilhões, impactadas pela queda nos preços das commodities e pelo aumento das importações de petróleo. Em 2014, a balança comercial registrou um déficit de US\$ 4 bilhões, com exportações de US\$ 225,1 bilhões e importações de US\$ 229,1 bilhões, decorrente da diminuição da demanda global por commodities brasileiras e da manutenção das importações em níveis elevados.

Finalmente, em 2015, a balança comercial voltou a apresentar superávit de US\$ 19,7 bilhões, com exportações de US\$ 191,1 bilhões e importações de US\$ 171,4 bilhões, reflexo da forte redução nas importações devido à recessão econômica interna.

Em síntese, a balança comercial brasileira deteriorou-se de 2011 a 2014, culminando em um déficit, mas retornou ao superávit em 2015, principalmente devido à queda nas importações. Segundo o Nexo Jornal, o boom das commodities iniciado por volta de 2004 foi impulsionado pela alta demanda da China, que aumentou suas importações de produtos brasileiros em mais de 500% entre 2005 e 2011, resultando em um crescimento significativo do PIB brasileiro durante esse período. Ademais, conforme relatado pela revista Exame, o rápido crescimento econômico da China na década de 2000 impulsionou a demanda global por commodities, beneficiando países exportadores como o Brasil. A influência da China sobre os preços das commodities gerou maiores receitas para o Brasil, contribuindo substancialmente para o crescimento econômico do país. Eduardo Giannetti da Fonseca, economista e escritor, observa que a relação comercial com a China proporcionou um período de crescimento e estabilidade econômica para o Brasil, refletido nos superávits comerciais e na acumulação de reservas internacionais.

Contudo, a partir de 2013, a China começou a reorientar seu modelo de crescimento, reduzindo os investimentos em infraestrutura e focando mais no consumo interno. Essa mudança teve um impacto direto nas exportações brasileiras. Segundo o economista Armando Castelar, "a desaceleração da demanda chinesa por commodities teve um impacto direto nas exportações brasileiras, contribuindo para a queda dos preços e a redução das receitas de exportação" (Folha de S. Paulo, 2014). Barros (2016) afirma que, a diminuição da demanda chinesa por produtos primários afetou negativamente setores fundamentais da economia brasileira, como a mineração e a agricultura. Ele destaca que a queda nos preços internacionais e a redução dos volumes exportados impactaram diretamente esses setores, que são altamente dependentes do mercado chinês. Ainda enfatiza que a desaceleração da economia chinesa trouxe desafios significativos para o Brasil, que vinha se beneficiando do boom das commodities nos anos anteriores. Em 2014, o superávit comercial caiu para apenas US\$ 3,9 bilhões, uma queda drástica comparada aos anos anteriores.

Esse declínio nas exportações resultou em uma série de problemas internos para o Brasil. A balança comercial, que anteriormente apresentava superávits robustos, passou a registrar déficits ou superávits menores, ampliando o déficit em conta corrente, que em 2014 chegou a US\$ 104 bilhões, e pressionando o real. A redução das receitas de

exportação também impactou a arrecadação de impostos e contribuições, exacerbando o desequilíbrio fiscal já existente. A falta de divisas estrangeiras intensificou a desvalorização do real contribuindo para um ambiente de inflação elevada e aumento dos custos de importação. Esses fatores, combinados com políticas econômicas equivocadas, resultaram em uma recessão profunda, afetando negativamente o emprego e a renda da população brasileira. O economista José Luís Oreiro, destacou que a perda de confiança na política econômica e a instabilidade fiscal aumentaram a vulnerabilidade do Brasil a choques externos, exacerbando a crise econômica (InfoMoney, 2023).

Desde o início de seu segundo mandato, Dilma Rousseff enfrentou intensa oposição política de adversários e da mídia. Os meios de comunicação divulgaram numerosas reportagens críticas ao seu governo. Essas críticas, combinadas com falhas na gestão governamental, como políticas econômicas equivocadas, e o fraco desempenho econômico, levaram a um clima de insatisfação generalizada. A deterioração das variáveis econômicas, juntamente com as falhas na administração, agravou a crise política e contribuiu para um ambiente de instabilidade no país. A situação levou à perda de apoio popular, resultando em grandes manifestações por todo o país.

Em junho de 2013, o Brasil foi palco de manifestações massivas que mobilizaram milhões de cidadãos em diversas cidades do país, marcando um momento significativo na história contemporânea brasileira. Os protestos não foram apenas uma expressão de descontentamento social, mas também um reflexo das crescentes demandas por mudanças estruturais e respostas efetivas aos desafios econômicos enfrentados. Segundo o cientista político Sérgio Abranches, "as manifestações de junho de 2013 revelaram uma insatisfação profunda com a gestão pública e um desejo por um novo contrato social" (G1, 2013).

Economicamente, as manifestações de 2013 refletiram uma crescente preocupação com a desaceleração do crescimento econômico, a inflação persistente e a falta de perspectivas claras de desenvolvimento.

De acordo com Contri (2014, p. 9-20), uma das principais críticas ao governo de Dilma Rousseff estava nas baixas taxas de crescimento econômico. Esse ponto é frequentemente destacado por diversos economistas. Segundo ele, a principal causa desse desempenho foi a desaceleração no consumo das famílias. Além disso, houve uma redução nos investimentos, marcando o fim do modelo de crescimento baseado no consumo familiar, que foi amplamente criticado. Os analistas argumentavam que o governo deveria deixar de incentivar o consumo e focar em estimular o crescimento por

meio de investimentos. Contri, no entanto, discorda dessa visão, alegando que tais críticas não consideram o cenário de estagnação econômica mundial e seu impacto sobre a economia brasileira, além do fato de que o aumento dos investimentos não depende exclusivamente da ação governamental.

Os dados indicam que, nos anos de 2011 e 2012, as despesas do governo federal mantiveram-se em torno de 17% do PIB, similar ao nível de 2007, antes da crise internacional (BEM, 2017, p. 9-26). Quando comparado com mandatos presidenciais anteriores, o primeiro mandato de Dilma Rousseff apresentou uma taxa de crescimento das despesas bastante próxima à do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC), sendo inferior ao período de governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Isso contraria a percepção comum de descontrole dos gastos. No primeiro mandato de Dilma, observou-se a menor média de crescimento real das despesas, refutando a ideia de descontrole fiscal. Segundo BEM, (2017, p. 9-26). o que realmente ocorreu, e que os dados evidenciam, é que o resultado primário se deteriorou devido a uma significativa desaceleração do crescimento das receitas primárias um problema que foi exacerbado pelo próprio ajuste fiscal.

Dweck e Teixeira (2017) também destacam que a redução do superávit primário a partir de 2011, resultante da combinação de queda na arrecadação e aumento das despesas como proporção do PIB, levou à tese de "gastança". Embora tenha havido um aparente controle das despesas nos primeiros anos do mandato de Dilma Rousseff, estas começaram a crescer a partir de 2014, impulsionadas em grande parte pelas "pedaladas fiscais".

Retomando, as manifestações de junho de 2013 tiveram um impacto significativo na confiança dos investidores e na estabilidade econômica do Brasil, aumentando a incerteza e a volatilidade nos mercados financeiros. Esses protestos influenciaram diretamente a agenda política e econômica do país, pressionando por reformas estruturais e maior transparência nas instituições governamentais. Barros (2018) destaca que o “ambiente de instabilidade criado pelas manifestações, combinado com a falta de políticas econômicas eficazes, contribuiu para um cenário de crise que afetou negativamente a economia brasileira e a confiança dos investidores durante o governo de Dilma Rousseff”.

O impacto econômico foi sentido na medida em que as expectativas de crescimento foram revistas para baixo e o governo enfrentou dificuldades em implementar medidas de ajuste fiscal necessárias para conter o déficit público. A persistência das demandas por mudanças colocou em xeque o modelo de

desenvolvimento adotado até então, promovendo um debate profundo sobre os rumos da economia brasileira e as bases de sua sustentabilidade futura. Como argumenta Joseph Stiglitz (2012), o problema não é o déficit em si, mas como ele é financiado e como o dinheiro é gasto, sublinhando a importância do equilíbrio fiscal para assegurar uma economia estável e sustentável.

Portanto, as manifestações de junho de 2013 não apenas mostraram que muitas pessoas estavam insatisfeitas com a situação política e econômica, mas também levaram o país a repensar suas políticas públicas, o que teve efeitos duradouros na economia e na sociedade brasileira.

4 DA ELEIÇÃO AO PROCESSO DE IMPEACHMENT: A TRAJETÓRIA DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF

A palavra "*impeachment*" vem do latim *impedimentum*, que significa impedir ou proibir. No Brasil, esse processo está previsto na Constituição Federal e é usado para condenar políticos acusados de crimes de responsabilidade, levando à destituição de seus cargos públicos. No caso de Dilma Rousseff, afastada por impeachment em 2016, é crucial considerar as muitas inconsistências presentes, tanto na governança de seu vice-presidente e sucessor, Michel Temer, quanto nos argumentos utilizados para legitimar um processo que, para muitos, carecia de credibilidade tanto interna quanto externamente.

O renomado analista político Noam Chomsky observou: “Nós temos uma líder política que não roubou para enriquecer a si mesma, que está sendo acusada por uma gangue de ladrões, que o fizeram. Isso conta como um tipo de golpe brando.” Esta declaração reflete a visão de que a destituição de Dilma foi articulada por interesses privados e impulsionada por lógicas conservadoras e patriarcais, frequentemente promovidas pelos principais representantes políticos do Brasil - homens brancos, cisgêneros e ricos.

Além disso, a historiadora Heloisa Starling destaca que "o processo de impeachment de Dilma Rousseff revelou profundas fissuras na democracia brasileira, expondo como interesses particulares e narrativas seletivas podem influenciar decisivamente o destino político de uma nação." Starling argumenta que o impeachment de Dilma não foi apenas um evento isolado, mas parte de um contexto maior de disputas políticas e sociais que moldaram a trajetória recente do Brasil.

4.1 PRIMEIRO MANDATO E MEDIDAS DO GOVERNO

Ao assumir a presidência da República em 2011, Dilma Rousseff adotou uma agenda voltada para os interesses da classe industrial, com o objetivo de garantir sua competitividade em um contexto internacional desfavorável. Posteriormente, implementou uma pauta contracionista de maneira gradual. A austeridade fiscal constitui um conjunto de políticas econômicas destinadas a reduzir o déficit fiscal e controlar a dívida pública de um país. Essas políticas geralmente envolvem cortes nos gastos públicos e aumentos de impostos. O objetivo primordial da austeridade fiscal é estabilizar

a economia, restaurar a confiança dos mercados financeiros e garantir a sustentabilidade das finanças públicas. No governo da presidente Dilma Rousseff, a adoção da austeridade fiscal teve como propósito aumentar a confiança dos agentes econômicos e impulsionar o crescimento econômico.

Diversos estudos e documentos evidenciam que a austeridade não só tende a ser contracionista (FMI, 2010; Fatás; Summers, 2018), como também pode ser contraproducente em termos de consolidação fiscal (Jayadev; Konczal, 2010; Lopes; Amaral, 2017) e ainda tende a ter impactos distributivos perversos (Bastagli et al., 2012; Ball et al., 2013). Em termos contracionistas, a austeridade pode levar a uma redução significativa na demanda agregada, resultando em menor crescimento econômico e aumento do desemprego. Isso ocorre porque a diminuição dos gastos públicos e o aumento de impostos reduzem o consumo e os investimentos privados, criando um ciclo vicioso de baixa atividade econômica.

Ademais, a ideia de que a austeridade pode ajudar na consolidação fiscal é questionada por vários estudos. Jayadev e Konczal (2010) argumentam que cortes profundos nos gastos públicos podem reduzir a arrecadação fiscal devido à desaceleração econômica, agravando ainda mais o déficit orçamentário. Lopes e Amaral (2017) complementam essa visão ao demonstrar que a austeridade pode falhar em estabilizar a dívida pública no longo prazo, especialmente se resultar em recessões prolongadas.

Os impactos distributivos perversos da austeridade são outra preocupação significativa. Bastagli *et al.* (2012) e Ball *et al.* (2013) mostram que as medidas de austeridade frequentemente penalizam desproporcionalmente os grupos mais vulneráveis da sociedade. Reduções em programas sociais e serviços públicos essenciais afetam diretamente as camadas mais pobres, exacerbando a desigualdade econômica.

Como resultado dessa contração, o PIB, que era de 9,2% em termos reais no primeiro trimestre de 2010, decaiu para 8,5% no segundo, 6,9% no terceiro e 5,6% no quarto trimestre, evidenciando o ritmo de desaceleração no período de 2011. Nesta conjuntura, inicia-se o governo da presidente Dilma Rousseff em 2011, que optou pela desaceleração da economia, limitando créditos e reduzindo os investimentos públicos. O investimento foi a principal área afetada, na tentativa de conter a inflação, que em 2011 atingiu 6,5%. Essas ações fornecem evidências que contradizem a argumentação da crítica ortodoxa de que, durante o primeiro governo Dilma Rousseff houve a expansão de todos os grandes agregados do gasto público federal (Gentil; Hermman, 2017). Além disso, essas medidas mostram a intenção do governo de priorizar o controle das contas

públicas e, conforme Serrano e Suma (2015), também sinalizam a intenção de reduzir a demanda agregada interna.

Nesse contexto, ao final do seu primeiro mandato em 2011, o governo da presidente dá início a chamada Nova Matriz Econômica (NME), que combinou diversas medidas como desvalorização cambial, diminuição da taxa de juros, contenção de gastos públicos, aumento das desonerações fiscais e do crédito subsidiado, e controle dos preços administrados, foi criada a partir das reivindicações dos industriais, porém não obteve o resultado esperado devido à falta de expectativa de demanda futura por parte dos empresários. Além disso, Rossi e Mello (2017) afirmam que ao mesmo tempo em que Dilma almejava reduzir os custos de produção, tentava diminuir as “taxas de rentabilidade do capital por meio da queda dos juros e da tentativa de estabelecer limites para a rentabilidade nas concessões públicas” (Rossi; Mello, 2017, p. 7), o que, segundo alguns autores, levaria o motivo do desgaste ao apoio político do empresariado a Dilma.

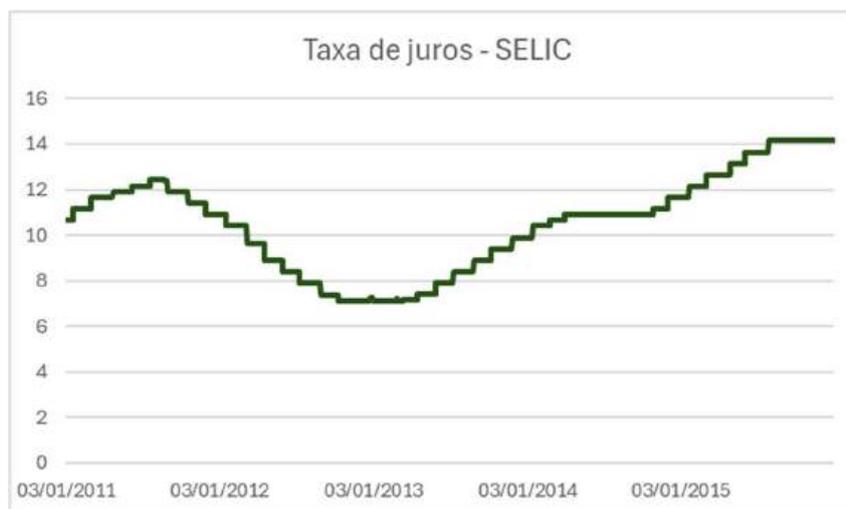
A economia registrou uma desaceleração considerável ao longo de 2011. Um dos destaques desse período foi a redução da taxa SELIC (ver gráfico 3), que atingiu um dos valores mais baixos da série histórica. A chamada "batalha dos spreads" foi vencida no final de 2012 (Singer, 2015), quando o governo conseguiu que os bancos diminuíssem seus spreads, reduzindo assim o custo do crédito. Dilma Rousseff agiu com esforços para reduzir os lucros do mercado financeiro, visando ampliar o crédito para o setor industrial e, conseqüentemente, preservar os empregos em meio à crise.

A crítica ressalta que todas essas alterações na direção da política econômica foram feitas sem uma sinalização clara de tal mudança brusca para os agentes econômicos, o que gerou incerteza. As mudanças ocorreram em um contexto de inflação, tanto corrente quanto esperada, distante do centro da meta. No entanto, essas ações foram parte dos esforços do governo para enfrentar a crise econômica e manter a estabilidade do emprego.

No entanto, no início de 2013, durante uma entrevista, Alexandre Tombini, então presidente do Banco Central, declarou que a situação inflacionária não era confortável. Essa afirmação provocou uma reação dos investidores, que desejavam o aumento na taxa de juros Selic, intensificando assim a pressão do mercado financeiro e da imprensa por medidas ortodoxas. Como resultado, o Banco Central deu início a um novo ciclo de elevação dos juros. Além disso, o governo implementou cortes no orçamento e enfraqueceu a Nova Matriz Econômica.

O gráfico abaixo ilustra a evolução da taxa Selic no Brasil durante os primeiros mandatos da presidente Dilma.

Gráfico 3 - Taxa Selic (2011-2015)

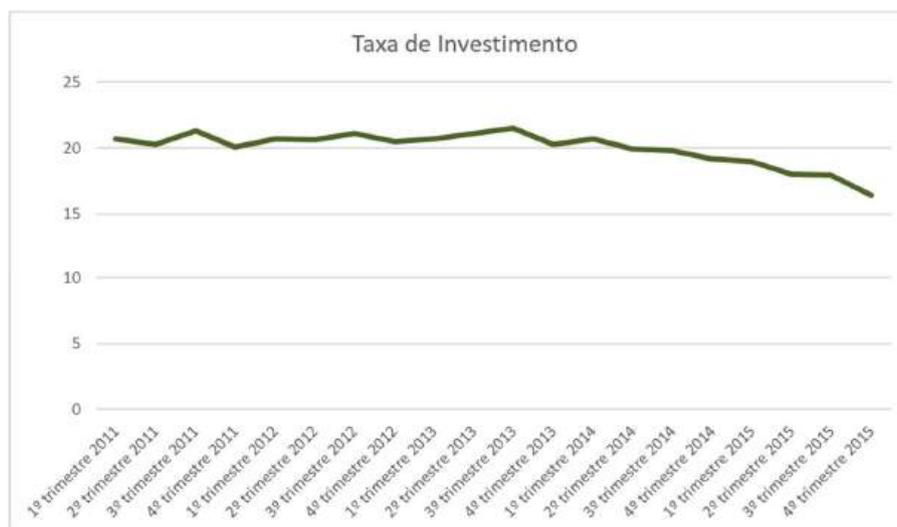


Fonte: Elaboração própria com dados do Banco Central do Brasil.

Observando a trajetória da taxa básica de juros (SELIC), é perceptível uma mudança na política monetária, considerada uma das decisões mais polêmicas e debatidas pelo Comitê de Política Monetária (Copom). A nova estratégia de rápida alteração na direção da política ficou clara nas reuniões de janeiro de 2012, com a taxa fixada em 10,5%, reduzida para 9,75% em março e atingindo o patamar mínimo de 7,25% em outubro de 2012. Tais medidas tinham como finalidade fomentar o Produto Interno Bruto (PIB), assim como alavancar a taxa de investimento. No entanto, os resultados não corresponderam às expectativas.

Observou-se um crescimento econômico abaixo do previsto, seguido por uma subsequente contração na taxa de investimento (gráfico 4).

Gráfico 4 - Taxa de Investimento Brasil (2011-2015)



Fonte: Elaboração própria com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Por outro lado, o país foi confrontado com desafios significativos, incluindo uma elevação da inflação, dificuldades nas finanças públicas e a desvalorização da moeda nacional. Desde o início do mandato de Dilma Rousseff, as medidas adotadas pelo governo foram, em grande parte, bem recebidas pela indústria. No entanto, algumas dessas medidas tiveram um impacto direto em determinados setores, gerando certa estranheza em relação à sua administração.

Por exemplo, no setor elétrico, a intervenção do governo para reduzir as tarifas de energia elétrica, embora tivesse como objetivo beneficiar consumidores e a indústria, resultou em perdas financeiras significativas para as empresas do setor. Isso gerou incertezas e desconfiança entre investidores, que consideraram a medida uma interferência excessiva no mercado.

Ademais, o governo implementou mudanças nas regras de conteúdo local, especialmente no setor de petróleo e gás, com a intenção de fortalecer a indústria nacional. O economista Fernando de Holanda Barbosa Filho, um dos principais críticos do governo Dilma Rousseff e opositor do intervencionismo estatal no sistema de preços, aponta que esses foram erros de política econômica cometidos principalmente durante a adoção da Nova Matriz Econômica (NME). Entre esses erros, destaca-se o controle dos preços dos combustíveis e a obrigatoriedade de a Petrobras vender no mercado doméstico a um preço inferior ao de compra no mercado internacional. Esse tipo de intervenção não se restringiu à Petrobras, afetando também o setor elétrico como um todo. Em 2013, o governo reduziu

as tarifas de energia, aumentando o consumo em um período de escassez hídrica. O controle de preços foi interrompido com sua liberação a partir de 2015, o que gerou um novo choque negativo sobre a economia devido ao realinhamento de preços.

O apoio ao setor automotivo, por meio de incentivos fiscais e facilitação de crédito, também gerou controvérsia. Embora essas medidas tenham temporariamente beneficiado a indústria automotiva, foram criticadas por serem soluções de curto prazo que não abordaram problemas estruturais do setor. O economista Samuel Pessôa compartilha essa visão, criticando as políticas de incentivos fiscais e facilitação de crédito ao setor automotivo implementadas pelo governo Dilma Rousseff. Ele argumenta que tais medidas proporcionaram benefícios temporários, mas não resolveram os problemas estruturais da indústria. Pessôa ressalta que essas políticas foram soluções de curto prazo que não abordaram as questões mais profundas e sistêmicas do setor automotivo (Pessôa, 2016).

Dessa forma, os incentivos fiscais e subsídios concedidos pelo governo a setores específicos foram alvo de críticas quanto à seletividade e à eficácia dessas políticas. O economista Marcos Mendes compartilha essa visão, criticando os incentivos fiscais e subsídios concedidos pelo governo. Ele aponta que essas medidas foram seletivas e questiona sua eficácia, argumentando que criaram distorções no mercado e aumentaram a carga sobre as finanças públicas, sem produzir resultados claros em termos de crescimento econômico sustentável (Mendes, 2014).

Essas "estranhezas" no governo refletem a complexidade e os desafios enfrentados pelo governo Dilma Rousseff ao tentar equilibrar o apoio à indústria com a necessidade de manter a estabilidade econômica e fiscal do país. José Luis Oreiro, professor de economia da Universidade de Brasília (UnB), também aborda esses desafios em suas análises. Em suas publicações, Oreiro argumenta que a tentativa do governo de apoiar setores específicos da economia, como a indústria, frequentemente resultava em tensões com as metas de estabilidade macroeconômica e fiscal. Ele observa que essas políticas muitas vezes enfrentavam dificuldades em alcançar seus objetivos sem causar desequilíbrios adicionais em outras áreas da economia, refletindo a complexidade de gerenciar uma política econômica integrada e eficiente (Oreiro, 2016).

Apesar dos esforços voltados para os industriais, essa classe se aliou aos grupos rentistas em oposição ao governo. Segundo Singer, isso pode ter ocorrido devido à "quantidade de interesses empresariais contrariados" (Singer, 2015, p.63), dessa forma, os industriais sentiram-se ameaçados pela possibilidade de terem seus interesses

questionados em seguida. Singer destaca uma mudança política significativa entre os governos de Lula e Dilma ambos com características marcantes em sua postura, como podemos observar:

Porém, se do ângulo programático há continuidade entre Lula e Dilma, do ponto de vista político ocorre mudança relevante. Enquanto Lula foi não confrontacionista, Dilma decide entrar em combates duros. Ao reduzir os juros e forçar os spreads para baixo, tencionou o pacto estabelecido com o setor financeiro. (...) o Estado se arrogava o direito de intervir na quintessência do capitalismo, a saber, o lucro. (Singer, 2015, p.47).

A presidente era conhecida por sua postura bastante firme, enquanto seu antecessor era percebido como conciliador. Ela se destacava por sua abordagem direta e menos diplomática. Há uma percepção de certo sexismo em relação à sua personalidade, pois, se fosse uma figura masculina, suas atitudes poderiam ser mais toleradas e, caso tivessem sido eficazes, seriam atribuídas a uma personalidade forte. Naquela época, seu populismo era muito maior do que o de Lula e FHC durante seus respectivos mandatos, alcançando uma popularidade em setores que mais tarde se voltariam contra ela.

Analistas como Míriam Leitão e Celso Rocha de Barros discutiram a firmeza e a determinação da presidente Dilma Rousseff em suas colunas e artigos. Míriam Leitão, em seu livro "História do Futuro" (2015) e em várias colunas no jornal "O Globo", reconhece a postura firme e a abordagem direta de Dilma, apontando como essas características, embora eficazes em alguns contextos, também geraram resistência e críticas devido a uma percepção de sexismo na política. Celso Rocha de Barros, em artigos na "Folha de S. Paulo" (2016), também abordou a personalidade assertiva de Dilma e como suas decisões e estilo de liderança foram percebidos de maneira diferente por causa de seu gênero.

Junho de 2013 representou um período complexo, marcado por uma série de eventos interligados e, por vezes, caóticos, que inauguraram uma fase de contestação impopular com efeitos duradouros até os dias atuais. Naquele ano, a economia começou a apresentar sinais de melhora, com um crescimento de 3%, após registrar apenas 1,9% em 2012, abaixo dos anos anteriores. O aumento das tarifas dos transportes públicos em várias capitais ganhou destaque, impulsionando os protestos liderados pelo movimento 'passe livre', como o MPL, que defendia a gratuidade do transporte. As manifestações incluíam tanto pessoas pacíficas quanto indivíduos com interesses em vandalizar tantas propriedades públicas quanto privadas, adotando a chamada tática *black bloc*¹.

¹ *Black bloc* é uma tática de ação direta, de corte anarquista, empreendida por grupos de afinidade que se reúnem, mascarados e vestidos de preto, para protestar em manifestações de rua, utilizando-se da propaganda pela ação para desafiar o establishment e as forças da ordem.

Inicialmente, a polícia reagiu com violência aos primeiros protestos na capital de São Paulo, inclusive contra manifestantes pacíficos e jornalistas. Com o auxílio da Internet, novos protestos surgiram em larga escala, espalhando-se por diversas capitais do país, abrangendo uma variedade de pautas além do passe livre. O que começou como protestos organizados pela esquerda acabou por atrair multidões que rejeitavam a politização ideológica e partidária. O sentimento antipetista, cujas raízes foram parcialmente plantadas na metade dos anos do governo Lula e pareciam estar adormecidas nos últimos tempos, ressurgiu em meados de 2013.

De acordo com a cientista política Maria Hermínia Tavares de Almeida, "os protestos de junho de 2013 revelaram uma insatisfação profunda e difusa com a política tradicional e a gestão pública no Brasil, expondo as fragilidades de um sistema político que falhou em atender às demandas sociais de uma população cada vez mais conectada e consciente de seus direitos" (Almeida, 2013). As manifestações foram um divisor de águas, trazendo à tona uma nova era de mobilização popular e contestação política que continuaria a influenciar o cenário político brasileiro nos anos seguintes.

A desaprovação do governo Dilma era generalizada em todo o país. Sua popularidade, que estava em 65% em março daquele ano, despencou para 30% em junho, enquanto a taxa de reprovação alcançou 25%. Embora os índices de aprovação tenham melhorado durante o período eleitoral, não retornaram aos níveis anteriores. Diante do temor de uma possível derrota nas eleições do ano seguinte, o governo adotou medidas drásticas, como a aceleração de políticas de concessões, isenções fiscais e incentivos empresariais, visando evitar demissões durante o ano eleitoral.

De acordo com a análise de André Singer, cientista político e professor da Universidade de São Paulo (USP), "a queda acentuada na popularidade de Dilma Rousseff em 2013, refletida nas pesquisas de opinião, levou o governo a implementar uma série de medidas de estímulo econômico na tentativa de reverter a desaprovação generalizada e conter o desgaste político antes das eleições de 2014" (Singer, 2014).

4.2 SEGUNDO MANDATO E IMPEACHMENT

Em 2014, a presidente Dilma Rousseff (PT) foi reeleita em 26 de outubro com 51,65% dos votos válidos (54,5 milhões) contra em 48,36% dos votos (51 milhões) uma disputa acirrada contra Aécio Neves (PSDB). Toda via, o custo para manter o desemprego

baixo e garantir seu segundo mandato resultaria em uma severa desorganização das finanças públicas do país. Como argumenta, Wanderley Santos “Uma vitória legal, legítima, mas pouco convincente, expôs a profunda divisão das preferências eleitorais, herdada das refregas de 2013 e da radicalidade retórica e passional das campanhas. Mal havia o tremor das ruas reduzido de intensidade, Dilma Rousseff inaugurou o segundo mandato anunciando um surpreendente e assustador programa de austeridade e de ajuste fiscal” (Santos, 2017, p.165).

Embora o baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que foi de apenas 0,5%, com uma desaceleração em todos os seus componentes, houvesse, por outro lado, um aumento na inflação, que atingiu 6,5% de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Apesar do crescimento da inflação e da desaceleração do PIB, a percepção da população não era de uma crise econômica generalizada, pois o mercado de trabalho estava aquecido, registrando uma taxa de desemprego de 6,8% no terceiro trimestre de 2014.

O cientista político Leonardo Avritzer, em seu livro "Impeachment: A Crise Política e Judiciária no Brasil", destaca como a Operação Lava-Jato, a crise econômica e o sentimento de traição eleitoral contribuíram para a intensificação da crise política e o aumento da pressão popular pelo impeachment. Afirma ainda que, "a combinação de fatores econômicos, políticos e judiciais criou um cenário insustentável para o governo Dilma, com a pressão midiática amplificando o clamor popular pelo impeachment" (Avritzer, 2016). Almeida destaca como as "pedaladas fiscais" e a abertura de créditos suplementares foram considerados violações da Lei de Responsabilidade Fiscal, o que alimentou as acusações de crime de responsabilidade contra Dilma Rousseff. Segundo Almeida, "essas práticas criaram uma percepção de falta de transparência e responsabilidade fiscal, contribuindo significativamente para o desgaste político e a subsequente pressão pelo impeachment" (Almeida, 2015).

Inicia-se assim, o processo de impeachment em 2 de dezembro de 2015, quando o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, acatou a denúncia de crime de responsabilidade fiscal apresentada pelos advogados Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. Posteriormente, em 17 de abril de 2016, o impeachment foi aprovado pela Câmara dos Deputados e, em 31 de agosto do mesmo ano, Dilma Rousseff foi condenada pelo Senado à perda de seu cargo. De acordo com a análise de Fernando Limongi, cientista político e professor da Universidade de São Paulo (USP), "o processo de impeachment de Dilma Rousseff, iniciado em dezembro de 2015 e concluído em

agosto de 2016, foi marcado por uma série de eventos políticos e jurídicos que refletiram a crise institucional e o desgaste político do governo" (Limongi, 2016).

Como resultado, o vice-presidente Michel Temer assumiu a presidência. As concepções a respeito da abertura do processo de impedimento foram diversas, muitos olhares e pensamentos tendenciam para suas vertentes e análises a despeito do ocorrido e para isso, conforme José Szwako e Fabiano Santos (2017) argumentam:

Foi a ação concertada e articulada, aquilo que os sociólogos chamam de 'agência', entre partidos, movimentos sociais de corte elitista e apoiadores midiáticos e judiciários, que culminou no impeachment. (2017, p. 43-55)

As "artimanhas" para o processo ocorrer já se faziam evidentes, o vice Michel Temer expôs sua insatisfação com a liderança e condução do governo. Concomitante com a baixíssima admiração da população, em meados de agosto surgiram os primeiros protestos em todo o país solicitando a renúncia de Dilma e o fim da corrupção. O cientista político Sérgio Abranches analisou essa conjuntura. Ele destacou que a insatisfação de Michel Temer com a condução do governo Dilma e os protestos populares foram elementos cruciais que contribuíram para o ambiente propício ao impeachment. Abranches argumenta que a articulação política de Temer e a crescente pressão popular foram fundamentais para a destituição de Dilma Rousseff (Abranches, 2017).

O retrato da vontade da elite "tanto política quanto de empresários" teve seu alcance e relevância na cronologia histórica, o papel da mídia em transpor a situação também foi assertiva para a dissolução e queda da presidenta. Segundo Santos, "A imprensa, finalmente, é ator subsidiário, embora crucial na trincheira da agitação e propaganda. Cabe a ela a difusão do noticiário alimentador da insatisfação larvar de diversos grupos, dispondo-os para a perversão psicológica de que a substituição da Presidência da República se impõe pelo caráter agônico da crise" (Santos, 2017, p.170).

Constatada uma perspectiva ampla das coalizões, demonstrada pelo pacto formado durante o processo de impeachment, que envolveu partidos políticos, parlamentares, elites burocráticas do Estado e atores da sociedade civil, especialmente os setores organizados e os agentes do mercado, incluindo, evidentemente, a grande mídia oligopolizada. A cientista política Flávia Biroli concorda com essa análise. Em seus trabalhos, ela discute como o processo de impeachment de Dilma Rousseff envolveu uma ampla coalizão que incluiu partidos políticos, parlamentares, elites burocráticas do Estado e atores da sociedade civil, especialmente os setores organizados e os agentes do mercado.

Biroli também destaca o papel significativo da grande mídia oligopolizada nesse contexto (Biroli, 2017).

Com a acusação de cometer crime responsabilidade fiscal pelas “pedaladas fiscais”, resumidamente são meios aplicados pelo governo para alívio momentâneo e imediato das contas públicas. Dessa forma, com o processo de impeachment aberto o estreitamento entre presidente e vice afunilava ainda mais, em 2015 Temer divulgou uma carta direcionada a Dilma onde enxerga a si mesmo como figurante, para bom entendedor o vice-presidente “figurativo” estava rompendo os laços com a presidenta Dilma Rousseff. Conforme trecho da carta de Michel Temer (2016):

Passei os quatro primeiros anos de governo como vice decorativo. A Senhora sabe disso. Perdi todo protagonismo político que tivera no passado e que poderia ter sido usado pelo governo. Só era chamado para resolver as votações do PMDB e as crises políticas.

O temor do PT (Partido dos Trabalhadores), assim como o de Dilma, era predominante na época em que medidas como o cancelamento de viagens foram realizadas para impedir que Temer assumisse seu posto caso ela fosse deposta. A repercussão da carta teve sua parcela de fama, mas não foi como esperado pelo governo do vice-presidente. Conforme as pesquisas realizadas pelo instituto Datafolha em março de 2016, constatou-se que a grande maioria dos entrevistados, representando 68% do total, era favorável ao processo de impeachment da então presidente Dilma Rousseff. Segundo o diretor de pesquisas do Datafolha, Mauro Paulino, "os dados refletem um amplo descontentamento popular com o governo, exacerbado pela crise econômica e pelos escândalos de corrupção".

Essa tendência se consolidou ainda mais com a decisão do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que, em votação por aclamação, decidiu romper definitivamente com a petista, o que acarretou o início do processo de desembarque do partido dos ministérios ocupados por membros do governo. Diante dessa situação, Dilma Rousseff, a fim de evitar que Michel Temer assumisse como presidente em exercício, cancelou suas viagens ao exterior. Nessa circunstância, é possível observar que o governo, pela primeira vez, começa a reconhecer que não era apenas uma ameaça da perda do mandato de Dilma Rousseff, mas sim uma realidade sem volta.

De acordo com Sérgio Praça, cientista político e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), "as movimentações políticas e estratégicas do governo Dilma Rousseff, incluindo o cancelamento de viagens para impedir a posse de Michel Temer como presidente interino, refletem o desespero crescente diante da iminência do impeachment.

A saída do PMDB da base aliada e a expressiva aprovação popular do processo de impeachment indicavam que a situação era irreversível" (Praça, 2016).

A trajetória de Dilma Rousseff, desde sua eleição até o processo de impeachment, exemplifica a complexidade da política brasileira e os desafios econômicos enfrentados durante seu governo. A adoção de medidas de austeridade fiscal, com o objetivo de estabilizar a economia e restaurar a confiança dos mercados financeiros, acabou gerando resultados controversos e impactos negativos significativos, como a desaceleração econômica e o aumento da desigualdade.

O governo Dilma, caracterizado por intervenções econômicas e políticas voltadas para o fortalecimento da indústria, enfrentou críticas pela seletividade e eficácia dessas políticas, que frequentemente resultaram em tensões com as metas de estabilidade macroeconômica e fiscal. Além disso, a combinação de fatores econômicos, políticos e judiciais, como a Operação Lava-Jato, exacerbou a crise política e o sentimento de traição eleitoral, intensificando a pressão popular pelo impeachment

O impeachment de Dilma Rousseff, iniciado em dezembro de 2015 e concluído em agosto de 2016, revelou profundas fissuras na democracia brasileira, mostrando como interesses particulares e narrativas seletivas podem influenciar decisivamente o destino político de uma nação. A articulação política entre partidos, movimentos sociais elitistas, mídia e judiciário culminou na destituição de Dilma, refletindo a complexidade e os desafios da governança em um contexto de crise institucional.

Em suma, o processo de impeachment de Dilma Rousseff foi um ponto de inflexão na história política recente do Brasil, evidenciando tanto as fragilidades do sistema político quanto as profundas divisões sociais e econômicas que caracterizam o país.

5 O PAPEL DA MÍDIA DIANTE A QUESTÃO DE GÊNERO

A midiaticização é um fenômeno intrincado que permeia todos os aspectos da vida moderna, transcendendo seu papel tradicional de mero veículo de informação. Ela não apenas reflete, mas também exerce um papel central na moldagem das interações sociais e discursivas em uma sociedade. Os meios de comunicação atuam não apenas como transmissores passivos de conteúdo, mas como agentes ativos que reconfiguram a ordem da vida cotidiana ao introduzir novos valores, normas de interação e práticas culturais.

Ao disseminarem representações sociais, os meios de comunicação desempenham um papel crucial na formação de percepções e realidades compartilhadas. Imagens, narrativas e ideias apresentadas pelos meios de comunicação não apenas informam, mas também moldam a maneira como o público entende e interpreta o mundo ao seu redor. Essas representações não são estáticas, elas evoluem em resposta às dinâmicas sociais e culturais, influenciando profundamente a opinião pública e contribuindo para a construção do senso comum. Considerando a abordagem de Furtado:

A reportagem é a forma discursiva jornalística mais adequada para quem quer oferecer algo além da instantaneidade. É a partir da análise de causas, da contextualização e das consequências de um acontecimento que podemos compreender melhor os sentidos nele presentes (FURTADO, 2013, p.151).

A influência dos meios de comunicação vai além da simples transmissão de informações, afetando diretamente o discurso contemporâneo e moldando as agendas sociais e políticas. Ao destacar certos temas, amplificar certas vozes e legitimar certas perspectivas, os meios de comunicação desempenham um papel crítico na definição do que é considerado relevante e importante dentro de uma sociedade. Isso não apenas afeta a formulação de políticas públicas, mas também a maneira como as identidades sociais são construídas e negociadas.

Em síntese, a midiaticização é um fenômeno multifacetado que transforma profundamente a vida social, cultural e política. Ao introduzir novas formas de interação, estabelecer novos padrões culturais e influenciar a percepção pública, os meios de comunicação desempenham um papel central na configuração do tecido social contemporâneo. Reconhecer essa dinâmica complexa é essencial para entender não apenas como as sociedades contemporâneas funcionam, mas também como elas evoluem e se transformam ao longo do tempo.

Nessa representação, as narrativas jornalísticas moldam como as notícias são apresentadas e contextualizadas, influenciando a maneira como os atores sociais

interpretam eventos importantes, conforme os interesses sociais, políticos, econômicos e culturais. Como observa Almeida (2008):

Investido de legitimidade e competência para fazer saber, o jornalismo conta, portanto, com certa vantagem na relação de forças com o campo político, quando este se vê forçado a comprovar e a justificar ações e projetos, ou a responder a acusações tornadas públicas via mídias. (ALMEIDA, 2008, p.22)

Compreendemos dessa forma que os meios de comunicação desempenham um papel crucial como intermediários entre o governo e o público, sendo responsáveis por informar, interpretar e analisar eventos políticos. Como observado por Miriam Leitão, uma das jornalistas econômicas mais respeitadas do Brasil, "a imprensa tem o poder de iluminar as ações dos políticos, oferecendo uma visão crítica que é essencial para a democracia" (Leitão, 2019). Esta afirmação como os meios de comunicação não apenas reflete, mas também moldam ativamente a opinião pública ao selecionar, interpretar e apresentar informações.

A influência dos meios de comunicação na percepção pública também é evidente nas teorias da *agenda-setting*, que argumentam que os temas destacados pela mídia tendem a se tornar mais importantes para o público. Segundo pesquisa conduzida por Maria Cristina Fernandes, jornalista política renomada, "os meios de comunicação moldam a agenda pública ao decidir quais questões merecem atenção prioritária e como são apresentadas" (Fernandes, 2018). Isso significa que a mídia não apenas informa sobre eventos, mas também define quais questões são consideradas relevantes e dignas de atenção pública.

Após caracterizarmos essas informações que compõem um dos objetos de pesquisa deste trabalho abordaremos a construção da relação jornalismo e política econômica. A controvérsia sobre a abordagem retratada pelos jornais e mídia num geral a respeito da conjuntura midiática a respeito da questão de gênero abordada no governo de Rousseff e como isso culminou para diversas disseminações e polarizações no âmbito político-econômico e como ambos “andam” juntos.

5.1 AS CAPAS DE REVISTAS E SUAS REPRESENTAÇÕES

A análise baseada na perspectiva de gênero foi fundamental para a construção desta pesquisa. Assim, além das considerações sobre o evento do Impeachment, foi crucial reconhecer que a principal figura envolvida era uma mulher inserida em uma sociedade onde o sistema político, social e cultural é fundamentado em lógicas patriarcais e onde as questões de gênero têm pouca relevância histórica nas esferas pública e privada. Com base nesse reconhecimento, analisar essa temática através dos discursos veiculados nas capas das revistas torna-se essencial, pois, ao confrontar os valores culturais que moldam a sociedade brasileira, foi possível identificar a reprodução de diversos aspectos machistas e misóginos, que não estariam presentes se o protagonista fosse um político do sexo masculino.

Compreender que os papéis de homens e mulheres na sociedade são historicamente determinados é essencial para refletir sobre o tratamento dado a Dilma em diversas capas de revistas. Por exemplo, quando a revista IstoÉ acusa Dilma de histeria e descontrole durante o Impeachment, com base em fontes não identificadas, demonstra a falta de compromisso com a imparcialidade jornalística. Insultos machistas e misóginos foram frequentemente usados para desqualificar sua imagem como governante e mulher.

A urgência do debate feminista na política, conforme Biroli (2017, p.175), está no enfrentamento necessário quanto ao acesso desigual a direitos entre mulheres e homens. Quando Dilma é acusada de instabilidade e desequilíbrio, as capas de revistas reforçam um estereótipo presente na cultura brasileira, que atribui qualquer erro de uma mulher à sua suposta incapacidade de lidar com situações desafiadoras, habilidades estas vistas como exclusivas dos homens. Assim, a política, entendida como um "domínio masculino", ganha mais argumentos para se manter, especialmente com veículos de comunicação que promovem ideias sobre o comportamento feminino, suas fragilidades e seus papéis ideais.

5.2 DILMA ROUSSEFF PELA REVISTA ISTOÉ

Nesta parte do estudo, faremos uma análise detalhada sobre a forma como a revista IstoÉ apresenta a imagem pública de Dilma Rousseff em suas capas ao longo do processo de impeachment na Câmara dos Deputados.

Figura 1 - Capa ISTOÉ



Fonte: Istoé, 06 abr. 2016

Nota: manchete: As explosões de raiva da presidente

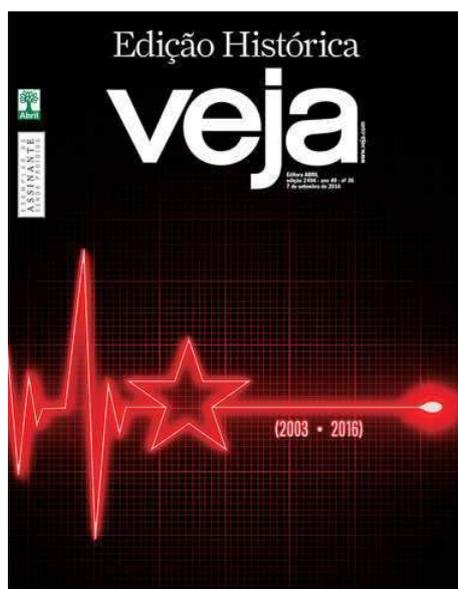
Nesse período, o parecer favorável ao Impeachment de Dilma ainda não havia sido aprovado; contudo, o semanário se dedicava a antecipar os bastidores do Planalto, elucidando ao público a suposta realidade vivida pela presidente durante aquele conturbado momento. Dessa forma, utilizando uma imagem de um momento de comemoração de um gol do Brasil na Copa do Mundo de 2014, fora do contexto do tema em questão, a revista IstoÉ busca construir uma imagem de desequilíbrio da presidente Dilma Rousseff, sugerindo sua total falta de condições para continuar governando o Brasil. O texto de apoio não poupa esforços para articular estereótipos preconceituosos dirigidos às mulheres, associando a Dilma um comportamento histérico e emocionalmente desestruturado.

A retórica da revista ISTOÉ contribuiu significativamente para os ataques misóginos direcionados a Dilma, ao construir uma edição baseada em fontes anônimas para criticar a postura da presidenta. Os mecanismos do semanário focaram em ataques pessoais ao comportamento de Rousseff, tanto como governante quanto como mulher, utilizando estereótipos machistas que reforçaram a condenação dirigida a ela na época.

5.3 DILMA ROUSSEFF PELA REVISTA VEJA

A revista *Veja* publicou um editorial, não assinado e intitulado "Carta ao Leitor: Há um país para construir". No texto, a publicação destacou a importância da reconstrução do Brasil, enfatizando a necessidade de pacificação nacional, recuperação econômica e combate à corrupção.

Figura 2 - Capa *Veja*



Fonte: *Veja*, ed. histórica, 2016.

Nota: manchete: (2003-2016)

A noção de salvação para o Brasil emergiu com o impeachment sendo visto como uma oportunidade para a reconstrução nacional, especialmente no que diz respeito à recuperação econômica e à necessária renovação da gestão para o futuro do país. Nesse contexto, também se atribuiu culpa ao governo Dilma pela recessão e pela incompetência em implementar as mudanças necessárias para o progresso do país.

As sequências a seguir exemplificam esses pontos.

O IMPEACHMENT de Dilma Rousseff deve abrir caminho para a recuperação econômica do Brasil, hoje devastado pela mais profunda recessão de sua história, depois de uma epidemia de inépcia e descalabro. Sob o comando, agora definitivo, do presidente Michel Temer, o governo federal dispõe, daqui para a frente, da solidez necessária para tocar as mudanças que o país exige. O ajuste fiscal e as reformas trabalhista e previdenciária já ocupam a primeira linha da agenda nacional (Carta ao leitor, p. 10, *VEJA*, 2016).

Há um país para construir. Dos brasileiros que hoje ocupam os postos de comando nas instituições políticas, econômicas e jurídicas, esperam-se a sensatez de quem conhece a gravidade da hora, a generosidade de quem busca o convívio pacífico e democrático, e a determinação de quem sabe onde estão

as soluções urgentes de que o Brasil precisa (Carta ao leitor, p. 10, VEJA, 2016).

Ao abordar o impeachment como um processo legítimo, a revista *Veja* enfatiza dois aspectos principais: a constitucionalidade do procedimento e o "conjunto da obra" do governo. Este último refere-se aos erros de gestão, à corrupção e à recessão econômica que, segundo a publicação, justificam e legitimam a destituição da presidente. *Veja* destaca que a constitucionalidade do impeachment é um ponto fundamental, assegurando que o processo seguiu os parâmetros legais estabelecidos. Além disso, a revista argumenta que a combinação de má administração, escândalos de corrupção e a crise econômica profunda constituem um quadro que valida a remoção da presidente do cargo.

5.4 MICHEL TEMER PELA REVISTA ISTOÉ

A capa da revista *IstoÉ* destacou o novo governo de Michel Temer, apresentando uma foto do presidente no Palácio do Planalto como elemento central. A mensagem predominante da capa sugere que Temer trará pacificação e conduzirá o Brasil ao caminho do crescimento econômico. Nesse contexto, o impeachment é retratado como um processo de salvação para o país, necessário para superar a crise e promover a estabilidade política e econômica. Assim, a revista enfatiza a visão de que a transição de governo é uma oportunidade para o Brasil se recuperar e avançar.

Figura 3 - Capa da edição histórica de ISTOÉ

Fonte: Istoé, ed. histórica, 2016.

Nota: manchete: A marca do meu governo será a pacificação

A capa da revista IstoÉ que destaca Michel Temer apresenta uma análise crítica significativa do momento político brasileiro. A escolha de uma fotografia formal de Temer no Palácio do Planalto sugere autoridade e controle, com uma postura e expressão que transmitem serenidade e competência. A manchete principal, "A marca do meu governo será a pacificação", sublinha a intenção de Temer de trazer estabilidade e unidade ao país, contrastando diretamente com o período tumultuado do governo de Dilma Rousseff.

A capa faz um contraste implícito com a gestão anterior, marcada por instabilidade política, protestos massivos e uma profunda recessão econômica. Ao focar na pacificação e no progresso, a revista posiciona Temer como uma figura de redenção e recuperação para o Brasil. Esse contraste sugere uma nova era, marcada pela promessa de um governo mais estável e orientado para o crescimento, utilizando palavras estratégicas como "pacificação" para acalmar tensões e oferecer uma visão de futuro positivo.

Capas de revistas como esta desempenham um papel crucial na formação da opinião pública, influenciando a percepção dos leitores sobre a capacidade de Temer de governar e resolver os problemas herdados. Além da mensagem explícita de pacificação, a capa transmite uma mensagem subliminar de confiança e esperança, buscando restaurar a confiança do público nas instituições políticas brasileiras.

Em resumo, a capa da revista IstoÉ com Michel Temer é uma peça de comunicação poderosa, projetada para transmitir uma mensagem de estabilidade e esperança em um período de transição política. Ela destaca os objetivos do novo governo e influencia a narrativa pública sobre a legitimidade e a competência de Michel Temer como presidente.

5.5 A ÉTICA E O PODER SIMBÓLICO DOS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO A RESPEITO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Após analisar como as capas das revistas direcionaram a imagem pública de Dilma Rousseff, é importante destacar a responsabilidade da imprensa como mediadora da realidade. Conforme Velloso (2010) menciona, as revistas funcionam como um repositório de memória dos acontecimentos importantes. Dotados do capital simbólico do jornalismo, esses veículos de comunicação têm consciência da credibilidade atribuída pela sociedade aos seus enquadramentos noticiosos e à maneira como abordam os temas. Portanto, a imprensa não apenas reproduz a realidade, mas também influencia a interpretação dela.

Além da seleção de notícias, há um alinhamento entre os profissionais da mídia e os leitores, o que afeta a aceitação de determinados pontos de vista. As capas de Veja e ISTOÉ demonstram essa consciência do poder simbólico, utilizando-o de maneira conveniente para moldar a percepção pública por meio de imagens, manchetes e textos de apoio.

No caso das pedaladas fiscais, a cobertura midiática teve um papel crucial. Embora as manobras fiscais fossem complexas e tecnicamente discutíveis, a forma como foram retratadas pela imprensa amplificou sua gravidade, culminando no impeachment da presidente. As pedaladas fiscais, que envolviam atrasos de pagamentos devidos a bancos públicos para melhorar artificialmente as contas públicas, foram exageradamente destacadas como crimes de responsabilidade, quando em muitos casos poderiam ser vistos como práticas administrativas discutíveis, mas não necessariamente ilegais. Este enfoque exacerbado pela mídia contribuiu para polarizar a opinião pública, criando um ambiente de crescente descontentamento e divisão.

É crucial reconhecer a existência de nichos editoriais específicos e os efeitos das notícias nos leitores. O compromisso de isenção jornalística é, na prática, uma falácia, dada a impossibilidade de completa neutralidade dos indivíduos. No caso de Dilma

Rousseff, elementos previamente definidos visaram sua desqualificação como mulher e governante.

Para Prado (2010), os veículos de comunicação sempre seguirão diretrizes sobre as "verdades". É fundamental considerar a influência dessas diretrizes na percepção pública da realidade e no comportamento gerado pelas abordagens jornalísticas. As capas analisadas usaram estratégias tendenciosas, distorcendo percepções e invertendo significados. Admitir o poder da imprensa é reconhecer seu sucesso em moldar o imaginário coletivo, especialmente ao retratar Dilma Rousseff, destacando seu ineditismo como mulher no mais alto cargo político do Brasil.

O capítulo analisou a representação de Dilma Rousseff nas capas de revistas brasileiras, destacando uma perspectiva de gênero que revelou a utilização de discursos machistas e misóginos para desqualificar a presidente. As capas frequentemente retratavam Dilma de forma negativa, acusando-a de "histeria" e "descontrole", utilizando fontes não mencionadas e refletindo um descompromisso com a isenção jornalística. Este tratamento diferenciado está enraizado em uma sociedade patriarcal que historicamente desconsidera as pautas de gênero.

A mídia, ao retratar Dilma de maneira desfavorável, reforçou estereótipos que atribuem a incapacidade de enfrentar desafios e tomar decisões firmes às mulheres, características vistas como exclusivas dos homens. Isso sustenta a visão de que a política é um "negócio de homens", perpetuando privilégios masculinos e suprimindo a voz das mulheres.

Esse comportamento midiático aponta para a urgência de um debate feminista na esfera política, conforme enfatiza Biroli (2017), e para a criação de políticas que visem uma maior inclusão das mulheres, alinhando-se à visão de Pinto (2010) sobre a importância da participação feminina nos processos decisórios. Reconhecer a influência da mídia na construção da opinião pública é crucial para entender o impacto das representações mediáticas sobre a percepção das mulheres em posições de poder.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta monografia, buscou-se analisar de maneira aprofundada a política fiscal durante o governo de Dilma Rousseff, com foco específico nas chamadas "pedaladas fiscais" e suas consequências legais e políticas. Além disso, a pesquisa abrangeu a representação midiática de Dilma Rousseff, abordando a questão de gênero na política.

No primeiro capítulo, explorou-se o debate teórico sobre a política fiscal. Foi destacado como a crise financeira de 2008 renovou o interesse nas políticas fiscais expansionistas, contrapondo-se às abordagens mais ortodoxas que prevaleceram nas décadas anteriores. Este capítulo forneceu uma base teórica essencial para compreender as decisões de política fiscal durante o governo Dilma Rousseff.

O segundo capítulo focou especificamente no desempenho fiscal entre 2011 e 2015, analisando as pedaladas fiscais, suas implicações legais e as falhas do governo. Foi demonstrado como essas manobras contábeis, embora inicialmente usadas como um mecanismo para manter a continuidade de programas sociais, acabaram por expor fragilidades na gestão fiscal e contribuíram significativamente para a crise política que resultou no impeachment.

No terceiro capítulo, a trajetória do governo Dilma Rousseff foi detalhada desde a eleição até o processo de impeachment. Foram examinados os fatores políticos e econômicos que intensificaram a crise, incluindo a Operação Lava Jato e a insatisfação popular crescente. Este capítulo evidenciou as complexidades e desafios enfrentados pelo governo, bem como a articulação política que culminou na destituição da presidente.

O quarto capítulo abordou o papel da mídia diante da questão de gênero, analisando como Dilma Rousseff foi retratada nas capas de revistas como ISTOÉ e Veja. Foi destacada a utilização de discursos machistas e misóginos para desqualificar a presidente, refletindo uma sociedade ainda enraizada em lógicas patriarcais. Esta análise revelou como a mídia não apenas reflete, mas também molda a opinião pública, influenciando a percepção das mulheres em posições de poder.

É plausível que o país necessite de um ajuste estrutural nas finanças públicas, mas este deve ser planejado para garantir maior eficiência e equidade nos gastos. É crucial alocar recursos de forma justa e eficiente, visando o desenvolvimento a longo prazo e um estado de bem-estar social que ofereça serviços de qualidade para toda a população, especialmente a mais carente. É necessário ir além da simples redução de despesas e traçar um caminho eficaz para resolver a crise fiscal, analisando os verdadeiros fatores que

ameaçam a sustentabilidade das finanças públicas, evitando a inflação e os problemas decorrentes de um alto déficit público.

Entender o processo das finanças públicas é fundamental para que as análises embasadas substituam as simples especulações. Embora a maioria das opiniões e os meios de comunicação promovam a interpretação ortodoxa, é necessário um maior aprofundamento sobre o tema. O diagnóstico ortodoxo aplicado contra o governo transmitiu a imagem de uma administração gastadora, irresponsável e afundada em uma enorme dívida pública, elementos que moldaram as diretrizes do impeachment da presidente. Nesse contexto, os economistas liberais enfatizam a necessidade do ajuste fiscal e da redução da dívida pública, sem considerar que os dados empíricos demonstram o contrário.

Dessa forma, a desqualificação da imagem pública de Dilma pelas revistas trouxe à tona a importância do ativismo feminista na busca pela inserção das mulheres nos mais diversos segmentos da sociedade. O caso de Dilma ilustra como a situação fiscal do país foi exagerada e a narrativa de gastos desenfreados e pedaladas fiscais foi inflada para criar a impressão de um descalabro generalizado, com o objetivo de derrubar o governo. Além disso, o amadurecimento da consciência dos cidadãos sobre a interseccionalidade dos preconceitos torna a discussão sobre desigualdades cada vez mais essencial para desnaturalizar os privilégios concedidos aos homens e combater a falta de representatividade das mulheres nos cargos políticos.

REFERÊNCIAS

AFONSO, J. R.; ROCHA, M. S. Mitos e verdades sobre as pedaladas fiscais? *In*: FALCÃO, J.; ARGUELHES, D. W.; RECONDO, F.. (Org.). **O Supremo em 2015**. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas, 2016. v. 1, p. 147-149.

ALENCAR BARROS, Luciano. A década mais que perdida do Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira de Política**, Rio de Janeiro, v. 64, p. 42-67, set. 2022 – dez. 2022.

ALMEIDA, Mansueto. As pedaladas fiscais e a crise do governo Dilma. **Valor Econômico**, 2015.

Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2015/08/07/pedaladas-fiscais-atrapalham-ajuste-de-2015-diz-mansueto-almeida.ghtml> Acesso em: 2 jun 2024.

BARROS, Celso Rocha de. A difícil tarefa de governar sendo mulher. **Folha de São Paulo**, 2016.

Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2016/11/1831312-e-hora-de-rediscutir-programas-e-ideias-na-esquerda-brasileira.shtml>. Acesso em: 2 jun 2024.

BIROLI, Flávia. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. **Cadernos Pagu**, [S.l.], n.34, p.273, 2010.

BIROLI, Flávia. Impeachment, gender, and political crisis in Brazil. **New Political Science**, v. 39, n. 4, pp. 556-570, 2017.

BRITO, Adriano. Vice decorativo? As diferenças entre o papel de Temer e o de seus antecessores. **BBC**, 23 dez. 2015. Disponível em:

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151223_vices_brasil_ab. Acesso em: 05 abr. 2024.

BRASIL DE FATO. A farsa das pedaladas fiscais e o papel da mídia. **Brasil de Fato**, 23 ago. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2023/08/23/artigo-a-farsa-das-pedaladas-fiscais-e-o-papel-da-midia>. Acesso em: 2 jul. 2024.

BLYTH, M. **Austeridade**: a história de uma ideia perigosa. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

CHOMSKY, Noam. Dilma está sendo impedida por “gangue de ladrões”. **Agência PT de notícias**, 18 maio 2016. Disponível em: <http://www.pt.org.br/noam-chomsky-dilma-esta-sendo-impedida-por-gangue-de-ladros/>. Acesso em: 04 abr. 2024.

CONTRI, André Luis. Uma avaliação da economia brasileira no Governo Dilma. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 41, n. 4, p. 9-20, 2014. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/3074> . Acesso em: 04 abr. 2024.

CORSI, Francisco Luiz. A política econômica do governo Dilma: baixo crescimento e recessão. **Revista Novos Rumos**, Marília, v. 53, n. 1, p. 153-165, 2016.

DWECK, E.; TEIXEIRA, R. A. **A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica**. Campinas: Unicamp/IE, 2017. (Texto para Discussão, 303).

DWECK, E.; TEIXEIRA, R. A. Austeridade fiscal: teoria e crítica a partir da economia brasileira recente. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 37, n. 3, p.458-477, 2017.

EGGERTSSON, Gauti B.; KRUGMAN, Paul. Debt, Deleveraging, and the Liquidity Trap. **Quarterly Journal of Economics**, Oxford, v. 127, n. 3, p. 1469-1513, 2010.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era de comunicação de massa**. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2011.

GOVERNO DO BRASIL. Tesouro Nacional. **Governo paga em 2015 todos os valores que devia aos bancos públicos e ao FGTS**. Brasília, 02 maio 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/noticias/governo-paga-em-2015-todos-os-valores-que-devia-aos-bancos-publicos-e-ao-fgts>. Acesso em: 2 jul. 2024.

IANONI, Marcus. Para uma abordagem ampliada das coalizões. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v.11 n. 33, p. 99-129, jan.-abr. 2017.

LEITÃO, Míriam. **História do Futuro: O Horizonte do Brasil no Século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

MORENO, Jorge Bastos. **Ascensão e queda de Dilma Rousseff**. São Paulo: Globo Livros, 2017.

MOTA, Fernanda Ferreira; BIROLI, Flávia. **O gênero na política: a construção do “feminino” nas eleições presidenciais de 2010**. Cadernos Pagu, v.43, p. 1-35, jul-dez. 2014

NOAM Chomsky. Dilma está sendo impedida por “gangue de ladrões”. **Agência PT de notícias**, 18 maio 2016. Disponível em: <http://www.pt.org.br/noam-chomsky-dilma-esta-sendo-impedida-por-gangue-de-ladros/>. Acesso em: 04 abr. 2024.

OREIRO, José Luis. A Nova Matriz Econômica: Uma Análise Crítica. **Revista de Economia Política**, 2016.

PESSÔA, Samuel. O papel do governo na economia: uma análise das políticas públicas recentes no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 70, n.. 2, pp. 123-145, 2016.

PINHO SANTOS, E. CARLOS. **Emergência e Declínio do Governo Dilma Rousseff à Luz das Capacidades do Estado Brasileiro**. Revista Brasileira de Planejamento Orçamentário, v. 6, n. 1, p. 94-121, 2016.

PRAÇA, Sérgio. O Jogo Político e o Impeachment de Dilma Rousseff. **Revista de Política Brasileira**, 2016.

RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda. **O Golpe na perspectiva de Gênero**. Salvador: Eduf, 2018.

SERRANO, Franklin; SUMMA, Ricardo. **Demanda agregada e a desaceleração do crescimento econômico brasileiro de 2011 a 2014**. Washington: CEPR, 2015.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: Reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SZWAKO, José; SANTOS, Fabiano. Da ruptura à reconstrução democrática no Brasil. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 40, n. esp., p. 112-114, dez. 2016.

VALOR ECONÔMICO. **Lava Jato: empresários são alvos de operação**. 06 mar. 2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2024/03/06/lava-jato-empresarios-alvos-operacao.ghtml>. Acesso em: 2 jul. 2024.